

# Sumário

Número de notícias: 40 | Número de veículos: 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Omissão de rendimentos lidera malha fina do IR..... 4

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Quase 4 milhões de negócios foram abertos..... 5

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresas têm até o próximo dia 28..... 6

DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - SEU BOLSO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuintes devem corrigir erro para deixar malha-fina do IR..... 7

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Abertura de pequenos negócios bate recorde no Brasil no ano passado..... 8

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estrangeiros podem ser isentos de IR..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Segurados do INSS em risco..... 11

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Cautela (Artigo)..... 13

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

Consignado: punição por irregularidades dispara..... 15

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Parcelamento de débitos do INSS..... 16

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL  
SEGURIDADE SOCIAL

Quanto os autônomos e MEIs vão pagar de contribuição ao INSS em 2022? Entenda..... 17

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda 2022: Tenho de declarar neste ano? Como saber?..... 19

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Investiu em PGBL ou VGBL? Imposto de Renda cobrado é diferente em cada caso..... 21

ALÔ BRASÍLIA - DF - NACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

CCJ vai pautar reforma tributária e regras sobre..... 23

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Análise de projetos é adiada pelo Senado..... 24

Quinta-Feira, 17 de Fevereiro de 2022

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**CCJ do Senado pauta votação** ..... 25

PORTAL UOL - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Ministros das Finanças do G20 iniciam reunião na Indonésia com advertência sobre Ucrânia**  
..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Combustíveis: sem acordo para votação** ..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Subsídio para combustível deve acelerar dívida, diz associação global de bancos** ..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Pacheco adia votação sobre combustíveis, e Lira afasta PECs se houver consenso** ..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Conheça três formas para investir e viver de renda de imóveis (Artigo)** ..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Como baixar os preços da gasolina? - CELSO MING** ..... 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Dívida do governo pode ir a 84,8% do PIB em 2022, projeta estudo** ..... 36

A TRIBUNA - ES - TRIBUNA LIVRE  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Tribuna Livre - TRIBUNA LIVRE** ..... 37

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**STF define critérios para decretação da prisão temporária - TRIBUNA** ..... 38

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**IPVA é usado para golpes; veja como se proteger** ..... 40

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Estados reagem a novo texto de projeto do ICMS** ..... 41

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Estados criticam** ..... 42

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Guedes promete crédito a empresários** ..... 43

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

**América Latina e Caribe precisam acelerar recuperação econômica (Artigo)** ..... 44

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Bra\$il em Foco - BRA\$IL EM FOCO** ..... 46

Quinta-Feira, 17 de Fevereiro de 2022

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO  
ECONOMIA

UE diz que poderá cortar verba de quem violar a democracia ..... 48

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Brasileiro gastou mais com psicólogo, veículo e pet em 2021, afirma banco ..... 50

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Enquanto estrangeiro vem à Bolsa, brasileiro aposta na renda fixa ..... 52

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

'Auxílio-Japão' na pandemia vai parar na poupança das famílias e frustra o governo  
..... 54

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS  
ECONOMIA

Volume financeiro da agropecuária pode chegar a R\$ 1,2 trilhão ..... 55

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

O emergente que não emerge (Editorial) ..... 57

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Frete marítimo sobe 472% na pandemia ..... 58

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Preço de material escolar aumenta o triplo da inflação oficial, mostra pesquisa ..... 59

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
ECONOMIA

Dólar cai para R\$ 5,13 e atinge o menor valor em sete meses ..... 60

# Omissão de rendimentos lidera malha fina do IR

O contribuinte obrigado a declarar o IR tem que ter muita atenção ao informar rendimentos e gastos à **Receita Federal**. Qualquer erro pode levá-lo à malha fina, o que faz com que a declaração fique retida, sem a liberação da restituição, e há ainda a possibilidade de ser multado.

A pedido da Folha, a Receita informou quais são os cinco principais erros que levam à malha fina do IR. Os dois primeiros estão ligados à omissão de rendimentos, seja do titular ou dependente. Ou seja, quando o trabalhador não informa valores que foram recebidos ao longo do ano no qual deve prestar contas.

Duas outras falhas dizem respeito às despesas com saúde, seja porque o contribuinte não tem como comprovar o gasto, seja porque está tentando deduzir uma despesa que não é permitida pela legislação. A última das cinco principais pendências está ligada à pensão alimentícia, quando quem paga tenta deduzir o gasto, mas a pensão não está regulamentada por sentença judicial ou acordo registrado em cartório.

Segundo a Receita, a omissão de rendimentos ocorre quando o contribuinte não informa toda a renda recebida ou coloca na declaração um valor inferior ao que, de fato, ganhou. Isso pode ocorrer por erro do contribuinte, que se esquece de informar um trabalho eventual, por exemplo, ou quando não encontra o recibo de pagamento para declarar os dados corretamente. A correção dos dados deve ser feita o quanto antes.

Mas também há as situações em que a fonte pagadora declara um valor à Receita, e o contribuinte, outro. Se foi erro do empregador, é preciso pedir para que a declaração enviada pela empresa ao fisco seja corrigida, assim como o informe de rendimentos fornecido ao profissional.

Ao incluir um dependente na declaração do IR, todos os rendimentos recebidos por ele também devem ser declarados. Segundo a Receita, muitas vezes, filhos, mesmo menores de idade, fazem trabalhos temporários e recebem remuneração, assim como pais ou avós que são dependentes podem ter aposentadoria, e isso deve ser declarado corretamente.

O valor recebido de auxílio emergencial deve ser declarado e, em alguns casos, devolvido.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49824>

# Quase 4 milhões de negócios foram abertos

A abertura de pequenos negócios no país bateu recorde no ano passado, mostra levantamento divulgado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Em 2021, mais de 3,9 milhões de empreendedores formalizaram micro e pequenas empresas ou se registraram como microempreendedores individuais (MEIs).

O número representa crescimento de 19,8% em relação a 2020, quando foram abertos 3,3 milhões de negócios. Em relação a 2018, a expansão chega a 53,9%. Naquele ano, foram criados 2,5 milhões de cadastros nacionais de pessoas jurídicas (CNPJ).

Segundo o Sebrae, ao mesmo tempo que a pandemia forçou muitas pessoas a irem para o empreendedorismo por necessidade, ela também estimulou a busca desse meio de vida por oportunidade.

O órgão avalia que a tendência de crescimento continuará nos próximos anos.

Em 2020, o relatório Monitor do Empreendedorismo Global (Global Entrepreneurship Monitor, em inglês) estimou que 50 milhões de brasileiros que ainda não empreendiam tinham planos de abrir o próprio negócio nos próximos três anos. Desse total, um terço teria a pandemia como principal motivação, mas dois terços têm tendência "natural" para empreender. O relatório foi elaborado pelo Sebrae e pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBPQ).

O Sebrae atribui o aumento da abertura de empresas à redução da burocracia, proporcionada pela Lei de Liberdade Econômica, de 2019, pela integração das juntas comerciais e por melhorias no registro eletrônico simplificado de novas empresas. O principal destaque foi a consolidação da figura jurídica do microempreendedor individual, que respondeu por 3,1 milhões de negócios abertos no ano passado, 80% do total.

## Novas atividades

A pandemia também fez com que surgissem novas atividades no ranking das 10 mais registradas. Entre elas está a de transporte rodoviário de carga, que apareceu nos top 10 de 2020 e 2021, com um total de 140 mil formalizações. Outra novidade foi que, em 2021, pela primeira vez, o comércio varejista de bebidas teve um crescimento significativo, com 73,5 mil formalizações.

A atividade que mais apresentou adesões em 2021 foi a de comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, com cerca de 380 mil formalizações. "Devido às suas características, essa atividade sempre se manteve entre as com maior número de formalizações, mas desde o início da pandemia ela passou a ocupar o primeiro lugar, superando o segmento de cabelereiros, manicures e pedicures, que esteve na primeira colocação no ranking durante os anos de 2018 e 2019", observa o presidente do Sebrae, Carlos Melles.

Para Melles, as restrições impostas pelas medidas de prevenção à pandemia e os impactos sofridos pelo setor de beleza nesses dois anos, fizeram com que as formalizações desses profissionais, apesar de continuarem apresentando um número expressivo, caísse para terceiro lugar do ranking, com aproximadamente 264 mil inscrições.

A segunda atividade mais procurada pelos microempreendedores individuais durante a pandemia foi a de promoção de vendas, com 314,5 mil novos negócios de 2020 para cá - no ano passado, foram abertas 175.442 empresas no ramo.

Em relação ao comércio de bebidas, uma outra pesquisa do Sebrae, realizada com base em dados da **Receita Federal**, detectou que no primeiro semestre de 2021, entre os MEIs, o comércio varejista de bebidas foi o que apresentou o maior incremento: um aumento de mais de 84% se comparado com o mesmo período de 2020. Enquanto no primeiro semestre de 2020, quase 21 mil MEIs se formalizaram nesse segmento, no mesmo período do ano passado foram mais de 38 mil microempreendedores individuais formalizados.

## Sítio:

[edicaoodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=14425](https://edicaoodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=14425)

# Empresas têm até o próximo dia 28

As empresas e instituições financeiras têm até o próximo dia 28 para enviar aos contribuintes os comprovantes de rendimentos referentes ao ano passado. Os informes são usados para o preenchimento da declaração do Imposto de Renda (IR) Pessoa Física 2022.

Planos de saúde individuais e fundos de pensão também são obrigados a fornecer comprovantes.

Os bancos e corretoras devem informar valores de todas as contas correntes e investimentos. Caso o contribuinte tenha conta em mais de uma instituição, deve obter os comprovantes de todas elas. Os documentos de rendimento servem para a **Receita Federal** cruzar dados e verificar se o contribuinte preencheu informações erradas ou sonogou imposto.

As empresas e as instituições financeiras podem mandar as informações por e-mail, divulgar links para serem baixados na internet ou fazer a divulgação em aplicativos para dispositivos móveis. Os aposentados e pensionistas do **INSS** podem pegar os comprovantes na página Meu **INSS** ou no aplicativo, que tem o mesmo nome.

Se não receber os informes no prazo, o contribuinte deve procurar o setor de recursos humanos da empresa ou o gerente do banco. Se o atraso persistir, a **Receita Federal** pode ser acionada. Se não receber os dados certos antes do dia final de entrega da declaração, o contribuinte pode enviar versão preliminar da declaração e depois fazer uma declaração retificadora.

Tradicionalmente, o prazo para entrega da declaração do imposto de renda começa no primeiro dia útil de março e vai até o fim de abril. Por causa da pandemia de covid-19, o prazo final de entrega foi adiado nos últimos anos. A declaração pôde ser entregue até 30 de junho em 2020 e 31 de maio em 2021.

**Site:**

**[edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasilia/?edicao=14425](https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasilia/?edicao=14425)**

# Contribuintes devem corrigir erro para deixar malha-fina do IR

Pelo menos 1 milhão de declarações do Imposto de Renda (IR) seguem na malha-fina aguardando a correção dos dados, diz a **Receita Federal**. Desse número, 600 mil foram entregues em 2021. O número na malha-fina em setembro era de 869 mil e vem caindo com as retificações.

Os contribuintes podem fazer uma declaração retificadora utilizando os programas do IR de anos anteriores. Só assim ele poderá entrar na fila de restituições, caso tenha direito,

para receber o valor em lotes. Outra alternativa é aguardar o **comunicado** da **Receita Federal** para apresentar a documentação necessária ou apresentar virtualmente os comprovantes que atestam os valores declarados e apontados como pendentes no extrato.

Os principais erros cometidos são a omissão de rendimentos sujeitos ao ajuste anual, erros nas deduções da base de cálculo e divergências nos valores entre o que consta oficialmente como imposto retido na fonte e o declarado.

**Site:** <https://d24am.com/jornais/dez-minutos/17-02-2022-2/>

# Abertura de pequenos negócios bate recorde no Brasil no ano passado

A abertura de pequenos negócios no País bateu recorde no ano passado, mostra levantamento divulgado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Em 2021, mais de 3,9 milhões de empreendedores formalizaram micro e pequenas empresas (MPEs) ou se registraram como microempreendedores individuais (MEIs).

O número representa crescimento de 19,8% em relação a 2020, quando foram abertos 3,3 milhões de negócios.

Em relação a 2018, a expansão chega a 53,9%. Naquele ano, foram criados 2,5 milhões de cadastros nacionais de pessoas jurídicas (CNPJ).

Segundo o Sebrae, ao mesmo tempo que a pandemia forçou muitas pessoas a irem para o empreendedorismo por necessidade, ela também estimulou a busca desse meio de vida por oportunidade. O órgão avalia que a tendência de crescimento continuará nos próximos anos.

Em 2020, o relatório Monitor do Empreendedorismo Global (Global Entrepreneurship Monitor, em inglês) estimou que 50 milhões de brasileiros que ainda não empreendiam tinham planos de abrir o próprio negócio nos próximos três anos. Desse total, um terço teria a pandemia como principal motivação, mas dois terços têm tendência "natural" para empreender. O relatório foi elaborado pelo Sebrae e pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBPQ).

O Sebrae atribui o aumento da abertura de empresas à redução da burocracia, proporcionada pela Lei de Liberdade Econômica, de 2019, pela integração das juntas comerciais e por melhorias no registro eletrônico simplificado de novas empresas. O principal destaque foi a consolidação da figura jurídica do microempreendedor individual (MEI), que respondeu por 3,1 milhões de negócios abertos no ano passado, 80% do total. Em 2018 e 2019, a categoria representava 75% dos negócios criados.

Em 2021, foram abertas 682,7 mil microempresas (17,35% do total), com faturamento de até R\$ 360 mil por ano, recorde da série histórica para o segmento. Foram criadas 121,9 mil empresas de pequeno porte (2,65% do total). A categoria inclui empresas que faturam de R\$ 360 mil a R\$ 4,8 milhões por ano.

A abertura de microempresas tem aumentado de forma consistente ao longo dos anos. De 540,6 mil em 2018, o número saltou para 579,3 mil em 2019 e 579,5 mil em 2020.

Em relação às pequenas empresas, o total passou de 75 mil em 2018 para 94,3 mil em 2020.

MEI - Apesar dos fortes impactos da pandemia da Covid-19 sobre a economia brasileira, o número de microempreendedores individuais (MEIs) continuou a crescer e tem batido recordes de formalizações ano a ano. Somente em 2020 e 2021, foram criados 5,7 milhões de MEIs, sendo que a atividade que mais apresentou adesões foi a de comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, com cerca de 380 mil formalizações.

As informações constam em levantamento feito pelo Sebrae, com base em dados da **Receita Federal** entre os anos de 2018 e 2021. "Devido às suas características, essa atividade sempre se manteve entre as com maior número de formalizações, mas desde o início da pandemia ela passou a ocupar o primeiro lugar, superando o segmento de cabeleiros, manicures e pedicures, que esteve na primeira colocação no ranking durante os anos de 2018 e 2019", observa o presidente do Sebrae, Carlos Melles. A segunda atividade mais procurada pelos microempreendedores individuais durante a pandemia foi a de promoção de vendas, com 314,5 mil novos negócios.

Para Melles, as restrições impostas pelas medidas de prevenção à pandemia e os impactos sofridos pelo setor de beleza nesses dois anos, fizeram com que as formalizações desses profissionais, apesar de continuarem apresentando um número expressivo, caísse para terceiro lugar do ranking, com aproximadamente 264 mil inscrições. "As empresas do segmento de beleza estão entre as que mais apresentaram queda de faturamento, chegando a registrar perdas de até 76%. Além disso, cerca de 12% dessas empresas ainda se encontram com o funcionamento interrompido, de acordo com a última pesquisa de impacto realizada pelo Sebrae", comenta o presidente do Sebrae.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao->

*de-17-02-2022/*

# Estrangeiros podem ser isentos de IR

O governo estuda isentar estrangeiros que investem em títulos privados do pagamento de imposto de renda sobre seus ganhos de capital, disse o Ministério da Economia à Reuters ontem, em um esforço para reduzir os custos de financiamento para empresas locais em meio ao aumento da taxa de juros.

Segundo o ministério, a iniciativa visa "ampliar o acesso de empresas brasileiras a capital estrangeiro", alinhando o tratamento tributário dado a esses instrumentos de dívida ao mesmo já aplicado a instrumentos de renda variável.

Atualmente, investidores estrangeiros pagam imposto de 15% sobre ganhos de capital em títulos emitidos por empresas, mas estão isentos do imposto para investimentos no mercado de ações brasileiro e na dívida pública.

Os brasileiros pagam de 15% a 22,5% de alíquota de imposto de renda sobre retornos de títulos privados, dependendo do prazo de resgate.

Duas autoridades do ministério, que falaram sob condição de anonimato, uma vez que a mudança ainda está sob análise, disseram que uma medida provisória nesse sentido está sendo desenhada como parte de uma "minirreforma do mercado de capitais", o que foi confirmado por duas outras fontes da pasta.

A MP teria que ser aprovada pelo Congresso para a isenção se tornar permanente.

Ao abrir as portas para mais investimentos estrangeiros no mercado de capitais brasileiro, o governo espera atrair dólares e fortalecer o real, o que ajudaria a aliviar a inflação de dois dígitos.

O real já se valorizou mais de 7% em relação ao dólar neste ano, impulsionado por uma entrada de fluxo financeiro de pouco mais de US\$ 10 bilhões.

Em 2006, o Brasil isentou estrangeiros do IR sobre seus investimentos em títulos públicos, ajudando o governo a alongar o prazo de sua dívida soberana, investida que também aumentou a entrada de recursos financeiros no País.

Estudos iniciais da **Receita Federal** mostram um impacto pequeno na arrecadação de uma isenção semelhante em títulos privados, disse uma fonte, dada a limitada participação estrangeira na dívida corporativa no Brasil.

Uma segunda fonte disse que a mudança tributária se aplicaria à dívida local emitida por empresas não financeiras, um mercado de cerca de R\$ 1 trilhão, segundo dados do Banco Central, com cerca de 2,7% desse total atualmente na mão de investidores estrangeiros.

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-17-02-2022/>

# Segurados do INSS em risco

**Gabriela Chabalgoity\***

A falta de uma definição sobre o pagamento de peritos independentes, nomeados pela Justiça, em ações no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), vem prejudicando segurados da autarquia e profissionais médicos, que não vêm recebendo pelo serviço desde setembro do ano passado.

Atualmente, são mais de 84 mil processos sem pagamento. Os custos da isenção das perícias vinham sendo incluídos no orçamento do Poder Executivo pela Lei 13.876, desde 2019. A legislação, contudo, previa o incremento orçamentário por apenas dois anos, prazo que terminou em 20 de setembro de 2021.

Na última sexta-feira, o plenário do Senado aprovou a prorrogação do custeio do governo até 2024. O projeto ainda precisa ser apreciado pela Câmara dos Deputados.

A Câmara tentou uma solução definitiva para a questão aprovando o PL 3914/2020, que prevê o pagamento da perícia pelo próprio segurado, salvo se for beneficiário da Justiça gratuita. O projeto, no entanto, não andou no Senado.

"Esse número de perícias sem pagamento é apenas a ponta de um iceberg do qual não temos controle. Não é possível dimensionar a quantidade de processos porque os colegas estão parando de fazer perícias. Achávamos que seria temporário, mas estamos em fevereiro e não há previsão de pagamento", disse o vice-presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Caio Marinho. Ele destacou a negligência com a necessidade de um perito autônomo e isento. "É uma solução barata para a Justiça", declarou.

Para a presidente do Instituto Brasileiro de Perícia Médica, Ana Carolina de Almeida Couto, a preocupação se dá pelo processo envolver a "parcela mais humilde e vulnerável da população, que se encontra sem poder acessar plenamente o Judiciário, já que, sem a perícia médica, o juiz não consegue apurar a presença, ou não, de incapacidade", disse.

"Além da preocupação com a população carente, devemos lembrar que nós, médicos, também somos trabalhadores, e a ausência de pagamento implica comprometimento do sustento de nossas famílias. Muitos colegas permaneceram meses trabalhando não somente sem receber, mas gastando do próprio

dinheiro, já que muitos atuam em área geográfica diversa daquela em que residem", lamentou.

Por fim, a médica lembrou que esse impasse ocorre após a recorrência dos atrasos, que, em 2019, chegaram a 12 meses, tornando a situação cada vez mais grave. "É desestimulante, para os profissionais sérios, permanecer atuando sob essa condição constrangedora, tanto sob a ótica profissional, quanto pela humanitária, já que sabemos das consequências sociais da ausência de perícia médica nos processos judiciais", afirmou.

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil, Eduardo Brandão, entende que é importante garantir a viabilidade do serviço pericial. "O ideal seria que o Executivo continuasse responsável pelos recursos, abarcando ainda mais brasileiros na isenção. Contudo, é essencial que os juizes continuem atendendo a população, e, para isso, é necessário que o magistrado responsável pela ação seja municiado com as provas periciais para tomar sua decisão", comentou.

\* Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

Quatro perguntas para

EDUARDO BRANDÃO, presidente da AJUFE

Eduardo Brandão participou, ontem, do CB.Poder, programa feito em parceria pelo Correio Braziliense e a TVBra-sília. Na entrevista, ele destacou pontos relevantes da discussão sobre o custeio das perícias médicas independentes, além de tratar de outros temas ligados à Justiça. Confira: Como a Ajufe enxerga a questão dos peritos vinculados ao **INSS**?

O governo federal, até 2021, pagava as perícias realizadas após o pedido de benefício, porém, desde então, a Ajufe está sem dinheiro para pagar essas revisões, o governo federal está irredutível quanto a isso. Nós temos dois projetos em andamento. O primeiro, aprovado pela Câmara, previa a antecipação da perícia pelo segurado com ganho acima de três salários mínimos - valor que seria devolvido a ele no final, caso ganhasse a ação. Esse projeto parou no Senado, que, entretanto, aprovou outro projeto no sentido de o governo custear essa perícia por mais dois anos sem nenhuma despesa para o custeado. Agora, esse projeto foi para a Câmara. Os segurados estão sendo prejudicados em uma formalização de orçamento. Esses peritos são nomeados pelos juizes,

então, se ficarem um ano sem receber, vão voltar para seus consultórios.

O que o governo alega para não custear as perícias: falta de recursos?

Entendemos as limitações orçamentárias do governo federal e estamos dispostos a contribuir com o debate público em torno de soluções. O que não podemos é deixar a população, em especial a mais vulnerável, desabastecida do serviço.

Como está o combate à corrupção por parte da Ajufe?

Em continuidade. Após todo o destaque por conta da Operação Lava-Jato, foi difícil nosso trabalho no Congresso. Sofremos muitos ataques, mas conseguimos trabalhar, o diálogo foi retomado. O combate à corrupção não pode se perder, sempre pode melhorar. A Operação Lava-Jato trouxe um legado muito bom para o país, as autoridades prezando por mais transparência, mais cuidados com os gastos públicos.

Como a Ajufe se coloca em relação aos movimentos críticos à Operação Lava-Jato?

A gente discorda dessas medidas legais com vistas a diminuir a transparência. A gente discordou da Lei de Abuso da Autoridade, da Lei de Improbidade. Você praticamente vai gerar uma impunidade, o mau administrador vai ter mais chance de continuar a agir. A Ajufe é contrária a todas essas mudanças.

# Cautela (Artigo)

**ANTONIO TUCCILIO**

Um dos temas do momento é a desoneração da folha de pagamento, já que a Lei 14.288/21, que prorroga essa medida até 2023, entrou em vigor logo nos primeiros dias do ano. Mas, afinal, o que é exatamente isso e quais suas implicações? A desoneração da folha é uma maneira de substituir a contribuição previdenciária de empresas de determinados segmentos por um tributo incidente sobre a receita bruta, reduzindo a carga tributária das organizações e estimular a economia do país. Mas tudo tem um porém. Toda empresa é obrigada a pagar uma parcela referente ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), chamada de contribuição previdenciária patronal.

Em tese, essa troca de tributo beneficia alguns setores. No caso específico, 17 áreas podem ser beneficiadas pela medida. E segundo esses setores, a medida em vigor permite a manutenção de 6 milhões de empregos. É claro que as empresas querem a continuidade da desoneração da folha.

Por que pagar 20% quando se pode pagar somente até 4% do lucro?

Para os beneficiados é um grande benefício. Mas parece uma meia verdade. Essa é uma narrativa dos empresários beneficiados.

Quando olhamos para a economia, não vemos isso acontecer.

O fato é que a desoneração da folha de pagamento representa uma imensa vantagem para os setores envolvidos. Temos políticos e empresários buscando vantagens e o governo e o Congresso querendo "ajudar". Mas e quanto ao povo? Quem realmente é beneficiado nessa história? 2022 é um ano eleitoral, e a aprovação dessa lei é muito séria. Precisamos ficar de olhos bem abertos para garantir que tudo o que foi prometido está sendo cumprido, já que a medida retira da receita valores que poderiam ser passados para outros setores, como saúde e educação. Para os empresários, a medida é maravilhosa.

Porém, precisamos garantir o que foi prometido ao povo. É preciso atenção.

ANTONIO TUCCILIO, presidente da Confederação Nacional dos **Servidores Públicos** (CNSP)

**Site:**

**[edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil  
/?edicao=14425](https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=14425)**

# Consignado: punição por irregularidades dispara

As sanções e medidas administrativas dos bancos contra irregularidades na oferta do crédito consignado mais do que dobraram no último ano. Segundo dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), as punições saltaram de 247, em 2020, para 585, em 2021, um aumento de 137%. Também cresceram as advertências (de 134 para 245) e as punições às empresas e correspondentes bancários (de 9 para 26), que ficaram impedidas de atuar em nome dos bancos.

Somente em dezembro, 27 empresas receberam punições, e uma delas foi impedida de atuar em definitivo. Nos casos de reincidência, os agentes tiveram suas atividades suspensas por prazos que variam entre cinco e 30 dias.

Pelas regras, é considerada falta grave qualquer forma de captação ou tratamento inadequado ou ilícito dos dados pessoais dos consumidores sem sua autorização, e todos os bancos que participam assumem o compromisso de adotar as melhores práticas relativas à proteção e ao tratamento de dados pessoais dos clientes. Os bancos que não encerrarem o relacionamento com os correspondentes suspensos podem ser multados em até R\$ 1 milhão pelo Sistema de Autorregulação por conduta omissiva.

- O rigor com que o setor vem coibindo as ações fraudulentas e criminosas na oferta e contratação do produto demonstra comprometimento dos bancos com o respeito aos direitos dos consumidores - afirma Isaac Sidney, presidente da Febraban.

O empréstimo consignado é aquele que tem suas parcelas descontadas diretamente no contracheque. Há três casos em que ele pode ser cancelado pelo tomador do crédito: direito de arrependimento, não reconhecimento da dívida e se comprovado o descumprimento de qualquer cláusula contratual.

A forma mais segura e prática para descobrir qualquer irregularidade ou desconto indevido é conferindo o extrato de pagamento de salário, aposentadoria ou pensão. Quem recebe pela **Previdência Social** pode conferir o extrato de empréstimos consignados, conhecido por Histórico de Consignação (HisCon), pelo Meu **INSS**, (POLLYANNA BRÉTAS

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Parcelamento de débitos do INSS

As prefeituras que têm débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) inscritos na Dívida Ativa da União poderão renegociar as pendências. A Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN) editou portaria que institui um parcelamento especial para esses municípios.

Os débitos vencidos até 31 de outubro do ano passado poderão ser divididos em até 240 meses (20 anos). Eles deverão estar inscritos na Dívida Ativa da União até a adesão ao parcelamento. Dívidas relativas a obrigações acessórias e a contribuições incidentes sobre o décimo-terceiro salário dos servidores municipais também poderão ser renegociadas.

De acordo com a portaria, publicada ontem no Diário Oficial da União, os débitos parcelados terão desconto de 40% nas multas (de mora, de ofício e isoladas), de 80% nos juros de mora, de 40% nos encargos legais e 25% nos honorários advocatícios.

Repasse do Fundo O pagamento das parcelas poderá ocorrer por meio de retenções nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, que destina às prefeituras parte da arrecadação do Imposto de Renda, do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços. Os valores descontados serão repassados à União.

Pela legislação atual, as prefeituras que não conseguem estabelecer um regime próprio de Previdência para os servidores municipais contribuem para o **INSS**. Normalmente, os servidores dos municípios de menor porte estão submetidos a esse regime.

**Site:** <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2041/17-02-2022/>

# Quanto os autônomos e MEIs vão pagar de contribuição ao INSS em 2022? Entenda

Por *Marta Cavallini, g1*

Agência da **Previdência Social**; **INSS** - Foto: Divulgação

Com o aumento do salário mínimo, as pessoas que contribuem de forma individual ou facultativa para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), como trabalhadores autônomos e donas de casa, terão reajustados os valores das contribuições.

Esses contribuintes individuais, como motoristas e diaristas, e os facultativos, que não têm atividade remunerada, pagam a Guia da **Previdência Social** (GPS), com o respectivo código de pagamento do **INSS**.

A alíquota de contribuição, que determina quanto o contribuinte deve pagar para ter direito a benefícios previdenciários como aposentadoria, auxílio-doença e pensão por morte, varia de acordo com cada categoria de contribuinte (veja abaixo).

Os trabalhadores da iniciativa privada com carteira assinada também tiveram reajuste nos valores de contribuição - veja aqui simulações de salários.

Os novos valores, tanto para contribuintes individuais quanto para assalariados, valem a partir deste mês.

Os microempreendedores individuais (MEIs) também tiveram reajuste no valor da contribuição, já que pagam 5% sobre o salário mínimo. No entanto, a forma de pagamento é pelo Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

LEIA TAMBÉM:

Contribuição ao **INSS** muda em fevereiro: saiba quanto você vai pagar. Valores das contribuições ao **INSS** mudam a partir de fevereiro; entenda o que muda em 2022 e pode afetar o seu bolso. Salário mínimo em 2022: veja o valor nacional e nos estados

Veja abaixo como ficam os valores das contribuições para as principais categorias de contribuintes individuais e facultativos, com os respectivos códigos de pagamento, além dos MEIs:

Contribuinte facultativo de baixa renda - código 1929

Nessa categoria entram contribuintes com renda familiar inferior a dois salários mínimos inscritos no sistema Cadastro Único (CadÚnico). A contribuição é de 5% do salário mínimo. O valor fica em R\$ 60,60 ao mês. Essa contribuição dá direito à aposentadoria por idade, além dos outros benefícios do **INSS**.

Contribuinte facultativo - código 1473

Nessa categoria entram pessoas que não exercem atividade remunerada, como estudantes, donas de casa e desempregados. A contribuição é de 11% do salário mínimo. O valor fica em R\$ 133,32 ao mês. Essa contribuição dá direito à aposentadoria por idade, além dos outros benefícios do **INSS**.

Contribuinte individual - código 1163

Nessa categoria entram autônomos que prestam serviços para pessoas físicas. A contribuição é de 11% do salário mínimo. O valor fica em R\$ 133,32 ao mês. Essa contribuição dá direito à aposentadoria por idade, além dos outros benefícios do **INSS**.

Contribuinte facultativo - código 1406

Nessa categoria entram estudantes, donas de casa e desempregados. A contribuição pode ser de 20% do salário mínimo até 20% do valor do teto do **INSS** (R\$ 7.087,22). O valor varia entre R\$ 242,40 e R\$ 1.417,44 ao mês. Essa contribuição dá direito à aposentadoria por idade ou contribuição, além dos outros benefícios do **INSS**.

Contribuinte individual - código 1007

Nessa categoria entram autônomos que prestam serviços para pessoas físicas. A contribuição pode ser de 20% do salário mínimo até 20% do valor do teto do **INSS** (R\$ 7.087,22). O valor varia entre R\$ 242,40 e R\$ 1.417,44 ao mês. Essa contribuição dá direito à aposentadoria por idade ou contribuição, além dos outros benefícios do **INSS**.

Contribuinte individual - código 1120

Nessa categoria entram autônomos que prestam serviços para pessoas jurídicas. A contribuição pode ser de 20% do salário mínimo até 20% do valor do teto

do **INSS** (R\$ 7.087,22). Nesse caso, os trabalhadores têm direito à dedução de 45% da contribuição mensal, pois a empresa contratante é responsável por descontar 11% do valor pago para o **INSS**. Essa contribuição dá direito à aposentadoria por idade ou contribuição, além dos outros benefícios do **INSS**.

Contribuição de autônomos ao **INSS** em 2022 - Foto: Economia g1

#### MEIs

Os microempreendedores individuais (MEIs) também terão reajuste na contribuição. Eles pertencem à categoria de contribuintes individuais do **INSS**, porém, a forma de pagamento é através da guia DAS. A contribuição é de 5% do salário mínimo (R\$ 60,60) mais: R\$ 1 de ICMS, se desenvolver atividades de comércio e indústria R\$ 5 de ISS, se for prestador de serviços. O valor pode chegar a R\$ 66,60 ao mês. O DAS referente a janeiro, com o reajuste, tem vencimento em 20 de fevereiro. Essa contribuição dá direito à aposentadoria por idade, além dos outros benefícios do **INSS**, como auxílio-doença, salário-maternidade, auxílio-reclusão e pensão por morte.

#### Site:

<https://g1.globo.com/empreendedorismo/noticia/2022/02/17/quanto-os-autonomos-e-meis-vaopagar-de-contribuicao-ao-inss-em-2022-entenda.ghtml>

# Imposto de Renda 2022: Tenho de declarar neste ano? Como saber?

*Colaboração para o UOL, de São Paulo*

Você já viu se vai precisar fazer a declaração do Imposto de Renda deste ano? Será obrigado a preencher o IR 2022 quem se encaixar em pelo menos uma das situações detalhadas a seguir.

O prazo para entrega da declaração começa em março e deve terminar no fim de abril.

A situação mais comum que exige a entrega de declaração é o recebimento de salários, aposentadoria ou pensão do **INSS**, pensão alimentícia, renda de aluguéis ou rendimentos como autônomo. Todas essas fontes de renda são consideradas rendimentos tributáveis na declaração.

Se a soma de todos esses rendimentos no ano passado superou R\$ 28.559,70, é necessário fazer o Imposto de Renda. Se você recebe aposentadoria e também renda de aluguel, por exemplo, deve considerar a soma dos dois.

Se você é funcionário ou trabalha como MEI, os valores são pagos por uma empresa (pessoa jurídica). No caso de aposentados e pensionistas, a fonte pagadora é o **INSS**, que também é pessoa jurídica. Por essa razão, esses valores entram na ficha rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica da declaração.

Já no caso de pensão alimentícia, renda de aluguel e do trabalho autônomo, normalmente a fonte pagadora é outra pessoa física. Logo, esses valores entram na ficha rendimentos tributáveis recebidos de pessoa física.

Outra situação que obriga uma pessoa a fazer declaração de Imposto de Renda é ter recebido valores considerados isentos ou não tributáveis em montante superior a R\$ 40 mil no ano passado.

Os casos mais comuns que se enquadram nessa situação são as indenizações trabalhistas e o saque do FGTS. O saque pode ser por qualquer razão, como no caso de demissão ou para compra de imóvel.

Se você tem aplicações financeiras cujos rendimentos são isentos, como poupança, fundos imobiliários ou fundo de debêntures incentivadas, verifique se a soma

de todos os ganhos com esses investimentos no ano passado superou R\$ 40 mil. Cuidado para não confundir o saldo da aplicação com o rendimento, que corresponde aos juros acumulados ao longo do ano passado.

Se você possui imóveis, veículos, saldo em poupança e outras aplicações financeiras, ou outros bens que, juntos, somavam mais de R\$ 300 mil no ano passado, é necessário declarar.

Para imóveis, veículos e outros bens, o valor que você deve considerar é o que foi pago na época da compra do bem, e não o valor atual ou de mercado.

Se você vendeu algum bem no ano passado, como uma casa, apartamento, terreno, ou mesmo uma moto ou carro, e teve lucro nessa negociação, é necessário fazer a declaração de Imposto de Renda.

Além da declaração, você também precisará preencher o programa que calcula ganho de capital (GCAP 2021) e depois transportar os dados desse programa para o programa do IR 2022.

Fique atento, pois você já pode estar devendo imposto para a **Receita Federal**. O pagamento do imposto sobre o ganho de capital normalmente deve ser feito no fim do mês seguinte à venda do bem.

Se você vendeu um imóvel no ano passado e comprou outro no período de até 180 dias para aproveitar a isenção de imposto sobre ganho de capital na venda do bem, também precisa fazer declaração do IR 2022, além de preencher o programa GCAP 2021.

Você terá que fazer declaração se comprou ou vendeu ações, opções, contratos futuros ou outros ativos negociados na Bolsa de Valores no ano passado.

Não importa o valor ou a quantidade movimentada, é necessário preencher o IR 2022, em especial as fichas de renda variável e de bens e Direitos.

O produtor rural que obteve receita de mais de R\$ 142.798,50 no ano passado com sua atividade, como agricultura, pecuária etc, deve fazer o IR 2022. Caso tenha acumulado prejuízo em anos anteriores, pode fazer a declaração para compensar as perdas.

Quem se enquadrar nessa situação deve preencher especificamente o demonstrativo de atividade rural dentro do programa do IR 2022.

O brasileiro que estava vivendo no exterior e voltou a morar no Brasil em qualquer mês do ano passado, e permaneceu no país até 31 de dezembro de 2021, está obrigado a apresentar a declaração de Imposto de Renda.

Da mesma forma, o estrangeiro que adquiriu a condição de residente no Brasil em 2021, e permaneceu aqui até 31 de dezembro de 2021, também deve fazer o IR 2022.

Considera-se estrangeiro residente aquele que obteve visto permanente na sua chegada ao país; ou entrou com visto temporário e conseguiu um contrato de trabalho no país; ou veio atuar como médico bolsista do Programa Mais Médicos; ou permaneceu no país por mais de 183 dias, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses.

Você também pode declarar sem ser obrigado. Nesse caso, a declaração tem como finalidade receber de volta algum valor de imposto que foi retido na fonte no ano passado, ou simplesmente para comprovar sua renda ou patrimônio.

A declaração pode ser usada para obter um financiamento no banco ou tirar visto no passaporte para viajar para outro país. Nesse caso, você pode entregar a declaração quando quiser, sem multa.

Para quem é obrigado a fazer a declaração de Imposto de Renda, o prazo para enviar o documento para a **Receita Federal** começa em março e se estende até o fim de abril.

Quem atrasar a entrega terá de pagar multa de 1% sobre o imposto devido ao mês, com valor mínimo de R\$ 165,74 e máximo de 20% do imposto devido.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/imposto-de-renda/noticias/redacao/2022/02/17/imposto-de-renda-2022-ja-sabe-se-voce-precisa-declarar-neste-ano.htm>

# Investiu em PGBL ou VGBL? Imposto de Renda cobrado é diferente em cada caso

**\*\* Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

Quando falamos em planejamento tributário, o primeiro investimento que vem à mente é a previdência privada. Afinal, os fundos de previdência têm vantagens tributárias para quem os usa adequadamente.

Porém, na hora de declarar a aplicação vem a confusão: como declarar VGBL? Modelo simples ou completo? E o PGBL? Mostramos todos os detalhes no vídeo abaixo.

Esta é a quinta coluna da série Guia do Imposto de Renda, que explica a declaração nos principais investimentos dos brasileiros, e hoje o tema é previdência privada.

Todo mês o trabalhador CLT contribui para o **INSS**. No holerite, aparece um desconto no salário. Pode ainda como autônomo contribuir individualmente para o **INSS**. Trata-se da previdência pública.

Mas se você acha que só a previdência pública não vai lhe garantir uma aposentadoria tranquila, pode ir para a previdência privada, ou seja, começar a investir em fundos que têm por característica mirar o longo prazo.

Há dois tipos dos quais você deve ter ouvido falar e cada um serve para um tipo de contribuinte.

O Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) é um plano de previdência em que os **impostos** incidem apenas sobre os rendimentos da aplicação, não sobre o total dela. Ao mesmo tempo, esse plano não garante nenhuma dedução do Imposto de Renda, como é o caso do PGBL, que já vamos explicar.

É o plano de previdência mais vendido no Brasil. Justamente por não ter deduções, é mais indicado para quem faz a declaração de Imposto de Renda simplificada, aquela mais adequada para quem não tem dependentes. Na declaração simplificada há poucas despesas dedutíveis e somente uma fonte de renda.

Já no Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) você pode deduzir até 12% de sua renda tributável, ou seja,

da soma da renda que inclui salários, horas extras, férias, valores recebidos do **INSS**, aluguéis, entre outros valores. Para ficar mais claro, vou dar um exemplo.

Vamos supor que, somando todas as rendas, você tenha recebido R\$ 100 mil em 2021. Essa seria a base de cálculo na declaração do Imposto de Renda. Se você possui um PGBL e contribuiu ao longo do ano passado, poderia abater 12%, ou seja, R\$ 12 mil. Assim, a base de cálculo não seria de R\$ 100 mil, mas de R\$ 88 mil.

Normalmente, o modelo completo é mais indicado nesse caso, justamente por ser adequado a quem tem dependentes, muitas despesas dedutíveis com saúde e educação e mais de uma fonte de renda.

Se você investiu em VGBL, deve declarar o valor total aplicado na aba Bens e Direitos, no código 97 - VGBL - Vida Gerador de Benefício Livre. O valor informado é o saldo bruto (apenas o que foi aplicado, sem considerar a rentabilidade).

Lembre-se de que o CNPJ da seguradora e o campo de situação do ano anterior devem ser preenchidos de acordo com o Informe de Rendimentos da sua instituição financeira.

No caso do PGBL, a dedução é considerada um pagamento para fins tributários, não um investimento. Por isso, o campo para declarar é outro. Para declarar, basta ir à aba Pagamentos Efetuados, no código 36 - **Previdência Complementar**.

Além disso, deve preencher o CNPJ da instituição responsável. Não é necessário colocar o saldo do fundo PGBL. Se não investiu nada ao longo de 2021, não é necessário declarar.

A maneira como você vai declarar os saques depende do tipo de tabela de IR (progressiva ou regressiva).

Na progressiva, a alíquota varia de acordo com o valor resgatado, ou seja, quanto maior for o saque, mais alto será o imposto a pagar. É a mesma lógica usada em salários e outras rendas, com teto de 27,5%.

Se o plano usar essa tabela, na hora de declarar terá de ir à aba Rendimentos Tributáveis Recebidos de

Pessoa Jurídica .

Na tabela regressiva, o IR é diferente: diminui conforme o tempo da aplicação. O IR cobrado começa em 35% se o saque for feito antes de dois anos e diminui a cada dois anos, até chegar a 10% após dez anos de aplicações.

Na tabela regressiva, o saque feito em 2021 deve ser declarado na aba Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva , no código 6, Rendimentos de aplicações financeiras .

Mais dúvidas sobre a declaração? Escreva abaixo ou nas nossas redes sociais ( Instagram ou YouTube ).

**Site:**

**<https://economia.uol.com.br/colunas/econoweb/2022/02/17/investiu-em-pgbl-e-vgbl-declaracao-muda-de-acordo-com-o-fundo.htm>**

# CCJ vai pautar reforma tributária e regras sobre

Na primeira reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) de 2022, o presidente do colegiado, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), prometeu, nesta quarta-feira (16), que vai pautar para semana que vem três proposições relevantes, a partir de acordo de líderes construído ainda no ano passado: a proposta de **reforma tributária** (PEC 110/2019); o projeto de lei que institui a Lei Geral do Esporte (PLS 68/2017); e regras sobre armas de fogo para caçadores, atiradores e colecionadores (PL 3.723/2019).

Relator da PEC 110/2019, o senador Roberto Rocha (PSD-MA) fez um apelo aos colegas para que o seu relatório seja não só lido mas também votado já na próxima reunião. Segundo ele, a questão já foi amplamente discutida e não é mais preciso pedido de vista.

- Tenho conversado diariamente com todos os gabinetes. O assunto está maduro e temos que deliberar em fevereiro. Se apenas lermos o relatório, aí fica só para março. Já houve comissão mistas, audiências públicas... quem tiver dúvida estou inteiramente à disposição nesta semana. A PEC 110 é aguardada por todos e amadureceu de tal modo que se não colhermos, apodrece e cai. Temos que aproveitar a oportunidade - ressaltou.

Apesar da insistência, o presidente Davi Alcolumbre disse que precisa cumprir o rito de tramitação previsto no Regimento do Senado e informou que já há senadores que vão pedir vista coletiva na próxima semana.

- Não quero ser acusado de atropelar o regimento [RISF]. Essa matéria já aguardou 30 anos. Vamos iniciar o debate, ainda que tenhamos que esperar mais uma semana ou dez dias - esclareceu.

**Site:**

**[https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano\\_15\\_edi\\_o\\_3](https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_15_edi_o_3)**  
**379**

# Análise de projetos é adiada pelo Senado

A apresentação em plenário dos pareceres e consequente votação no Senado de dois projetos que visam combater a alta nos preços dos combustíveis foi adiada para a próxima semana, anunciou ontem o relator das propostas, o líder da Minoria na Casa, Jean Paul Prates (PT-RN).

A decisão de deixar para a próxima semana a apresentação em plenário e votação dos projetos, anteriormente previstas para ontem, foi tomada após reunião entre o relator e os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), informou nota divulgada pelo gabinete de Prates.

"Decidimos adiar para a próxima semana a apresentação ao Plenário do PL 1472/2021 e do PLP 11/2020, ambos projetos pensados como resposta à alta dos custos dos combustíveis", disse o relator, na nota.

"O processo legislativo demanda cautela e diálogo, e estamos avançando em busca de um entendimento que permita tramitação veloz na Câmara dos Deputados do texto que for aprovado no Senado. Ao mesmo tempo, vamos ouvir mais pessoas, buscando a solução que priorize os mais pobres." Um dos projetos, já analisados pela Câmara, mira no ICMS, tributo estadual que participa da composição do preço dos combustíveis. O texto aprovado pelos deputados previa que nas operações com combustíveis sujeitas ao regime de substituição tributária, as alíquotas do imposto seriam específicas (ad rem), por unidade de medida adotada e definidas pelos estados e pelo Distrito Federal para cada produto. Também fixava anualmente essas alíquotas.

Mas o relator considerou, em minuta de parecer já divulgada, que, embora "bem intencionada", a iniciativa apresenta vícios de inconstitucionalidade "insuperáveis", porque não caberia à União legislar sobre um tributo de competência dos Estados, assim como avalia que não cabe fixar o prazo mínimo de 12 meses de vigência da alíquota.

Prates retirou a obrigatoriedade, deixando a opção de as alíquotas serem específicas, por unidade de medida adotada, ou ad valorem, incidindo sobre o valor da operação ou sobre o preço que o produto ou seu similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência.

Prates também sugeriu que a incidência do tributo

ocorra de maneira monofásica, a ser regulamentada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), colegiado formado pelos secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal.

"De um lado, introduzimos a monofasia de ICMS para a gasolina, o diesel e o biodiesel.

Com a implantação da nova sistemática, haverá ganhos de eficiência, redução de fraudes, desburocratização do setor e trilho rumo à simplificação desejada por meio da **reforma tributária**. A medida conta com a simpatia dos governadores, pois apresenta alguns fatores que diminuem a resistência à sua implementação", disse o senador, na minuta.

O texto do relator prevê ainda a ampliação do auxílio-gás, medida que já foi defendida publicamente até mesmo pelo presidente Jair Bolsonaro. Se aprovado, o programa chegará a 11 milhões de beneficiários e dobrará de custo neste ano.

O outro projeto cria uma conta de compensação para as flutuações do preço dos combustíveis.

Comsefaz - O Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) divulgou uma carta ontem dirigida ao Senado em que manifesta apoio ao projeto que trata da conta de compensação. Posiciona-se, no entanto, contrário ao projeto de lei complementar do ICMS.

"As Fazendas Estaduais solicitam ao Senado Federal que dê andamento ao PL 1472/2021, que cria, por diretiva legal, a necessidade dos preços internos guardarem referência ao custo de produção e que cria um fundo para estabilizar estes preços", disse a carta.

Para o Comsefaz, o novo regime de incidência da alíquota proposto pelo relator "acarretaria fatalmente em aumento de carga tributária" e defende que essa discussão ocorra no âmbito da **reforma tributária**.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-17-02-2022/>

## CCJ do Senado pauta votação

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado pautou a votação da **reforma tributária** (PEC 110/2019) para a próxima quarta. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prometeu levar a proposta para o plenário após aprovação na comissão.

A reforma unifica a cobrança de **tributos** em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O parecer apresentado pelo senador Roberto Rocha (PSDBAM) cria um IVA Dual, dividido em dois **tributos**: um federal, unindo PIS e Cofins na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e outro subnacional, chamado de IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que unificaria o ICMS, cobrado atualmente pelos Estados, e o ISS, recolhido pelos municípios.

A aprovação da **reforma tributária** ainda é cercada de dúvidas no Senado. Líderes partidários e integrantes da CCJ dizem que há chances de o texto ser aprovado na comissão, mas a possibilidade diminui no plenário e praticamente não existe na Câmara no momento.

Há ainda dúvida sobre o real interesse do governo do presidente Jair Bolsonaro em aprovar a medida. "Eu acho que esta é a última janela de oportunidade desta geração nossa, e nós temos que aproveitar.

Esta não é uma matéria do governo, esta é uma matéria do Senado. Ela nasceu e se encerra no Senado, porque aqui é que vai ser feita a promulgação dessa matéria", disse o relator da PEC.

**Site:**

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/16507>

# Ministros das Finanças do G20 iniciam reunião na Indonésia com advertência sobre Ucrânia

Jacarta, 17 Fev 2022 (AFP) - Ministros das Finanças e presidentes de bancos centrais do G20 iniciaram nesta quinta-feira (17) uma reunião de dois dias na Indonésia com advertências de que a crise na Ucrânia ameaça a recuperação econômica pós-pandemia.

Este não é o momento de ver rivalidades e criar novas tensões que possam prejudicar a recuperação mundial, e menos ainda colocar em perigo a segurança mundial, como acontece hoje na Ucrânia, declarou o presidente indonésio Joko Widodo, anfitrião do encontro, no discurso de abertura.

Para ajudar na recuperação econômica, Widodo fez um apelo por sinergia e colaboração.

Quase metade dos delegados das 20 maiores economias do mundo participará de forma virtual do evento. A reunião presencial foi transferida de Bali para a capital, Jakarta, no momento em que a Indonésia enfrenta uma crescente onda de contágios da variante ômicron do coronavírus.

Os países pretendem estimular a recuperação econômica e controlar uma nova onda pandêmica.

As discussões abordarão os riscos associados ao aumento da **inflação** em alguns países e a necessidade de uma estratégia de saída harmoniosa da política monetária complacente nos países desenvolvidos para evitar o efeito negativo sobre os países em desenvolvimento.

Com a recuperação em curso, alguns países avançam para uma normalização de políticas antes de outros. O ajuste de sua política monetária, junto com a retirada de estímulos, vai moldar a futura economia mundial, declarou Perry Warjiyo, presidente do Banco Central indonésio.

Isto poderia potencialmente criar condições financeiras globais menos favoráveis e causar saídas de capital dos mercados emergentes, alertou.

O alívio da dívida dos países pobres, a **reforma tributária** e a organização e financiamento do sistema internacional de saúde também estarão na agenda.

A secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, pediu avanços na dívida dos países pobres e uma participação mais ativa da China, um dos maiores credores, em entrevista à AFP.

bur-lgo/ybl/mas/es/fp

**Site:** <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/02/17/ministros-das-financas-do-g20-iniciam-reuniao-na-indonesia-com-advertencia-sobre-ucrania.htm>

# Combustíveis: sem acordo para votação

**MICHELLE PORTELATAÍSA MEDEIROS**

A aguardada votação das matérias que visam reduzir os preços dos combustíveis ficou para a semana que vem. Previstos para serem votados na tarde de ontem, no Senado, os projetos de lei que regulamentam a incidência de **impostos** e a comercialização desses produtos no Brasil agora deverão constar na pauta da próxima terça-feira (22), enquanto os Projetos de Emenda à Constituição (PECs), duramente criticados pela área econômica do governo, tendem a ser definitivamente enterrados no Congresso Nacional.

O anúncio do adiamento foi feito após reunião do relator dos projetos de lei, senador Jean Paul Prates (PT-RN), com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Agora, os parlamentares terão mais tempo para negociar alterações nos textos relatados por Prates: o Projeto de Lei (PL) 1472/2021, que cria uma conta de estabilização dos preços, e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/2020, que altera a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis.

Para o relator, o adiamento foi natural diante da falta de consenso sobre as matérias. "O processo legislativo demanda cautela e diálogo, e estamos avançando em busca de um entendimento que permita tramitação veloz na Câmara dos Deputados do texto que for aprovado no Senado. Ao mesmo tempo, vamos ouvir mais pessoas, buscando a solução que priorize os mais pobres", explicou o senador.

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), por sua vez, disse que o adiamento ocorreu para que haja "um aprimoramento" da proposta. "Para um alinhamento mais pleno, nós achamos melhor adiar, de hoje (ontem) para a próxima terça-feira, porque nós acreditamos que todos esses atores (deputados e senadores) possam chegar a um denominador comum. E aquilo que não for de convergência, submeter à apreciação do Senado Federal para que vá a voto. Os dois projetos estão tramitando em conjunto, então, é bom que também haja uma apreciação em conjunto, embora não exista um apensamento", frisou o senador.

O presidente do Senado enfatizou que as conversas que teve tanto com Lira, quanto com o Ministério da Economia foram "produtivas e amistosas". "Eles (Ministério da Economia) têm colaborado com sugestões. Obviamente, eles ainda têm reservas em relação a essa conta de estabilização. Mas, ao mesmo

tempo, o Ministério da Economia compreende a autonomia do Poder Legislativo de tomar suas decisões. É isso que nós temos que fazer aqui. Obviamente, ouvir o Ministério da Economia, ouvir os estados e governadores, mas a decisão é do Parlamento. E essa decisão do Parlamento é bom que seja fundada nesse diálogo que nós estamos buscando exaurir para fazer o melhor trabalho possível", disse.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) afirmou que as propostas de emenda à Constituição que tramitavam na Casa, estão definitivamente afastadas. No entender da área econômica do governo, ao permitir a supressão de **tributos** sobre os combustíveis sem medidas de compensação, elas colocariam em risco o equilíbrio das contas públicas. Lira explicou que o acordo é de que as duas Casas levem mais alguns dias discutindo os projetos de lei para que, ao ocorrer a votação, a discussão seja otimizada.

"As duas Casas vão perder um pouco mais de tempo, para ganhar mais rapidez no retorno. Para que isso seja votado no Senado na próxima terça-feira e reenviado para a Câmara num texto consensual entre as duas Casas ou, pelo menos, mais próximo de uma convergência", explicou.

A ideia é votar o PLP 11, que tem Prates como relator e que altera a forma de cobrança de ICMS sobre combustíveis, motivo de debates entre deputados. Mas os **impostos** federais que incidem sobre diesel e gás de cozinha também serão alterados, o que ainda preocupa a equipe econômica do governo.

## Auxílio-Gás

Um dos pontos de impasse foi a inclusão, pelo relator Jean Paul Prates, da ampliação do Auxílio-Gás em 2022 dentro do PLP 11. O programa federal foi criado em novembro do ano passado e prevê que 5,5 milhões de famílias sejam beneficiadas. Porém, com a proposta de Prates, o Auxílio-Gás passará a atingir o dobro de famílias, a um custo adicional de R\$ 1,9 bilhão.

# Subsídio para combustível deve acelerar dívida, diz associação global de bancos

**Fábio Pupo**

O Brasil dificilmente evitará um cenário de crescimento acelerado da dívida nos próximos cinco anos se implementar cortes tributários para tentar baixar os preços dos combustíveis. A visão é de Sergi Lanau, economista-chefe adjunto do IIF (Instituto de Finanças Internacionais).

As conclusões estão em artigo publicado nesta terça-feira (15) por Lanau e sua equipe.

A associação global de aproximadamente 450 bancos (inclusive brasileiros, como Bradesco e Itaú) mostrou otimismo com o cenário fiscal brasileiro em 2021 mesmo em meio à operação do governo para driblar o teto de gastos, mas agora alerta que esse humor pode se reverter.

"No ano passado, mantivemos nossa visão construtiva sobre o Brasil nos altos e baixos das discussões orçamentárias [...]. Se forem aprovados cortes de **impostos** consideráveis, seremos menos construtivos", afirma o texto assinado por Lanau e pelos economistas Martín Castellano e Filipe Carvalho.

Para o IIF, as propostas atualmente em discussão para cortar **impostos** podem custar de 0,5% a 1% do **PIB** (Produto Interno Bruto) neste ano.

Evitar aumentos acentuados da dívida se tornaria mais difícil, já que o impacto combinado sobre o déficit primário do teto de gastos mais flexível e cortes de **impostos** poderia chegar a até 2% do **PIB**.

"A dívida do Brasil pode permanecer em uma faixa gerenciável após as mudanças no teto de gastos. Não se grandes cortes de **impostos** em discussão forem aprovados", complementou Lanau em rede social ao comentar o artigo.

"Se adicionarmos cortes de **impostos** consideráveis em discussão, fica difícil evitar cenários em que a dívida aumenta rapidamente nos próximos cinco anos (mesmo que os gastos fiquem alinhados com o teto)", afirmou Lanau.

Para a equipe, a situação do Brasil só não é mais preocupante porque é um dos países emergentes que menos gastará em 2022 em relação a 2019 (antes da

pandemia).

"Isso não é pouca coisa, dado o histórico do Brasil em anos eleitorais, [quando] aumentos de gastos são comuns à medida que as eleições se aproximam", afirmaram os economistas.

Mesmo assim, eles ressaltaram que a pressão para políticas do gênero se materializou em outras áreas com várias propostas para cortar **impostos** em discussão.

Em cenários em que os cortes de **impostos** sejam grandes e não revertidos após 2023, a estabilização da dívida seria uma perspectiva ainda mais distante.

A IIF considerou impossível alguma medida de redução tributária não ser implementada. A instituição vê a proposta ventilada pelo Ministério da Economia para reduzir o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e **impostos** federais sobre combustíveis como a de menor impacto, com um custo de 0,5% do **PIB**.

Procurado, o Ministério da Economia não quis comentar.

O preço dos combustíveis é uma prioridade do presidente Jair Bolsonaro (PL) e da base aliada, que teme o impacto da **inflação** nas eleições e tem buscado diferentes iniciativas para endereçar o tema.

Nas duas Casas do Congresso, a redução no preço dos combustíveis é a principal pauta do momento. Na Câmara, foi protocolada pelo deputado governista Christino Áureo (PP-RJ) uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) com aval do Planalto.

Já no Senado, surgiu outra apelidada de "PEC Kamikaze" pela equipe econômica. Ela contou com o apoio de ministros do governo e do senador e filho do presidente, Flávio Bolsonaro (PL-RJ). O impacto potencial é superior a R\$ 100 bilhões, segundo membros da pasta do ministro Paulo Guedes.

No cenário atual -ou seja, desconsiderando um corte tributário sobre combustíveis-, o Tesouro Nacional já calcula que o endividamento do governo vai se manter acima do nível pré-Covid por ao menos mais dez anos.

A previsão é que a dívida líquida do setor público (a DLSP), que representou 54,6% do **PIB** em 2019, encerre 2021 em 58,3% e continue em elevação até chegar a 68,2% em 2030.

A elevação gradativa é motivada por fatores como a perspectiva de juros mais altos e de um maior tempo de déficit nas contas públicas, o que demandará um esforço fiscal maior caso se queira reduzir o endividamento ao longo dos anos.

O Ministério da Economia trabalhava com projeções internas nos últimos meses que apontavam superávit no resultado do governo em 2023, mas a perspectiva de mais gastos (inclusive pela flexibilização no pagamento dos precatórios) vão adiar a volta dos resultados ao azul.

Conforme mostrou a Folha, o apetite da ala política do governo por medidas de apelo popular em ano eleitoral será um desafio para a equipe do ministro Paulo Guedes, que lida com uma bomba fiscal que pode passar dos R\$ 230 bilhões.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>**

**24**

# Pacheco adia votação sobre combustíveis, e Lira afasta PECs se houver consenso

**Renato Machado, Idiana Tomazelli e Danielle Brant  
brasília**

Por falta de consenso em torno do tema, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu adiar a votação das propostas legislativas que tinham como objetivo diminuir o preço dos combustíveis.

Os dois projetos em tramitação no Senado tinham votação prevista para esta quarta-feira (16) no plenário da Casa. No entanto, há resistência por parte dos parlamentares, que pedem mais discussão sobre os pareceres apresentados pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN).

Um dos projetos busca alterar a forma de cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre combustíveis, e, com as mudanças mais recentes, pode também ampliar o alcance do Auxílio Gás, subsídio para famílias de baixa renda comprarem o botijão.

A outra iniciativa pretende criar uma conta de compensação, abastecida por diferentes fontes de recursos (como dividendos da Petrobras ou um imposto sobre exportação de petróleo), para amortecer oscilações nos preços dos combustíveis.

Na tarde desta quarta-feira (16), Pacheco afirmou que a nova votação das propostas está marcada para a próxima terça-feira (22). O presidente do Senado argumentou que esse tempo será necessário para um melhor "alin hamento" e que as partes possam chegar a um "denominador comum".

Já o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou que, se houver convergências entre as duas Casas nos textos sobre o tema, as PECs (propostas de emenda à Constituição) apresentadas na Câmara e no Senado -com o mesmo objetivo de reduzir preços de combustíveis- seriam afastadas definitivamente.

Lira mostrou a todo momento contrariedade com as mudanças que estavam sendo promovidas pelos senadores em uma das propostas, que já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados.

O relator dos projetos disse em nota que o adiamento é uma medida normal, tendo em vista que o processo legislativo demanda cautela e diálogo.

"Após reunião hoje pela manhã com os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, decidimos adiar para a próxima semana a apresentação ao Plenário do PL 1472/2021 e do PLP 11/2020, ambos projetos pensados como resposta à alta dos custos dos combustíveis", informou o senador Jean Paul Prates.

"Estamos avançando em busca de um entendimento que permita tramitação veloz na Câmara dos Deputados do texto que for aprovado no Senado. Ao mesmo tempo, vamos ouvir mais pessoas, buscando a solução que priorize os mais pobres", completa a nota.

O relator ainda aproveitou para criticar o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL). "Preciso registrar que estamos nessa atual conjuntura em decorrência de uma má decisão política de governo: a de atrelar os custos da nossa matriz de combustíveis ao dólar -prejudicando muitos para enriquecer poucos. A revisão do PPI [preço de paridade de importação] e do papel da Petrobras é um imperativo", afirmou.

"Dito isso, continuaremos trabalhando num diálogo responsável para entregar ao povo brasileiro na próxima semana, um texto legislativo apto a atender às necessidades do país, com coragem e responsabilidade", completou.

Lira falou sobre o adiamento ao chegar à Câmara na tarde desta quarta-feira e disse que o acordo que está sendo construído pode enterrar as PECs que estavam sendo debatidas.

"O que ficou entendido é que as duas casas vão perder mais um pouco de tempo para que a gente possa ganhar mais rapidez no retorno", disse.

"No caso do PLP, e talvez de uma votação de um projeto de lei lá, de autoria do Senado, para que a gente tenha isso talvez votado no Senado na próxima terça-feira (22) e reenviado para a Câmara num texto consensuado entre as duas Casas ou pelo menos mais aproximado de uma convergência mútua."

Segundo ele, pode haver alterações, mas no corpo principal uma convergência mais clara entre as duas Casas. "Com isso as PECs ficam definitivamente afastadas", ressaltou.

Ao chegar para a sessão plenária, Pacheco afirmou também que o prazo a mais será necessário para uma manifestação do governo federal, que pode apresentar emenda para incluir nas propostas a desoneração de **tributos** federais sobre combustíveis. Pacheco disse que governo estuda uma isenção do diesel e do gás.

"Há uma sinalização nesse sentido, inclusive um dos pontos hoje tratados pelo Ministério da Economia é essa questão da tributação federal sobre o combustível, que é uma avaliação que ainda estão fazendo, chegando a uma conta possível que pode ser um dos institutos inseridos nos projetos apresentados e votados pelo Senado", afirmou o presidente do Senado.

Pacheco também minimizou a resistência de Lira ao texto aprovado do Senado.

"Não há nada específico [de ponto divergente]. A posição do presidente Arthur Lira evidentemente é a posição materializada naquilo que já foi aprovado na Câmara dos Deputados em relação ao PLP 11. O senador Jean Paul Prates tem umas modificações ali feitas então é esse diálogo que estamos buscando estabelecer, sem compromisso com o mérito, até porque alguma modificação que o Senado venha a fazer a Câmara pode manter ou rever", afirmou.

O texto apresentado por Prates desagradou a integrantes do Ministério da Economia, por diversos motivos. Um deles foi a inclusão da ampliação do Auxílio Gás, programa que banca 50% do valor do botijão a 5,5 milhões de famílias em situação de extrema pobreza.

A mudança no programa, para contemplar ao menos 11 milhões de beneficiários, geraria uma despesa adicional de R\$ 1,9 bilhão - dinheiro que não está disponível no Orçamento, segundo os técnicos do governo.

Também desagradaram as decisões de deixar a mudança na cobrança do ICMS (Imposto sobre combustíveis).

A expectativa da equipe econômica era a efetivação de uma alteração das alíquotas atuais do imposto estadual, cobradas na forma de um percentual sobre o preço ("ad valorem"), para o modelo de cobrança fixa por litro (modelo "ad rem").

Prates propôs uma alíquota uniforme do ICMS, com possibilidade de cobrança fixa por litro, mas com adesão opcional e focada apenas no diesel, biodiesel e na gasolina. Segundo o relator, as alíquotas seriam definidas mediante deliberação de estados e do

Distrito Federal.

O senador petista também ignorou pedidos da equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) para incluir uma autorização ao governo para desonerar **tributos** federais sobre o diesel. Para isso, seria necessário afastar dispositivos da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Em suas manifestações públicas, Prates ressaltou diversas vezes que não teria problemas em incorporar essa mudança, desde que fosse apresentada por meio de emenda por algum parlamentar da base do governo no Senado.

Segundo interlocutores do governo, ainda se busca uma negociação que viabilize a inclusão da desoneração do diesel no projeto em discussão no Senado.

O time de Guedes quer evitar a todo custo que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) apresentada pelo senador Carlos Fávaro (PSD-MT), apelada de "PEC kamikaze" por seu impacto fiscal, acabe ganhando força entre os congressistas. Com desoneração ampla de **tributos** e criação de novos benefícios, como auxílio-diesel a caminhoneiros autônomos, a proposta teria um impacto superior a R\$ 100 bilhões, segundo técnicos da área econômica.

## PROPOSTAS PARA REDUZIR PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS

Na Câmara

PEC ainda sem número (não reuniu assinaturas suficientes)

Autor: Deputado Christino Áureo (PP-RJ), que apresentou texto formulado pela Casa Civil O que prevê: União, estados e municípios poderão, em 2022 e 2023, reduzir ou zerar **tributos** sobre combustíveis e gás sem compensação; também poderão ser reduzidos **tributos** de caráter extrafiscal (como IPI, IOF e Cide) em 2022 e 2023, não somente sobre combustíveis e gás Impacto: R\$ 54 bi, segundo cálculos do governo

No Senado

PEC 1/2022

Autor: Senador Carlos Fávaro (PSD-MT), com apoio do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

O que prevê: permite, em 2022 e 2023, reduzir **tributos** de União, estados e municípios sobre os preços de diesel, biodiesel, gás e energia elétrica, sem

compensação pela perda de receitas; permite a redução de outros **tributos** de caráter extrafiscal (como IPI, IOF e Cide); autoriza a União a criar, em 2022 e 2023, um auxílio-diesel de até R\$ 1,2 mil por mês a caminhoneiros autônomos; também permite a ampliação do Auxílio Gás, em número de famílias e em valor subsidiado (50% para 100% do valor do botijão); autoriza repasse de até R\$ 5 bilhões a prefeituras para subsidiar a gratuidade de idosos e evitar aumento significativo de tarifas

Impacto: Mais de R\$ 100 bi, segundo cálculos do governo

PLP 11/2020

Relator: senador Jean Paul Prates (PT)

O que prevê: permite cobrança fixa de ICMS por litro de combustível (hoje, a cobrança é um percentual sobre o preço); senador incluiu ampliação do Auxílio Gás, para 11 milhões de famílias; governo quer incluir nesse projeto a desoneração do diesel

PL 1472/2021

Relator: senador Jean Paul Prates

O que prevê: criação de uma espécie de fundo para ser usado na estabilização dos preços de combustíveis; recursos viriam de um imposto sobre a exportação de petróleo e derivados

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>**

**24**

# Conheça três formas para investir e viver de renda de imóveis (Artigo)

**Michael Viriato Professor de finanças**

Quando se fala em viver de renda, os investimentos em imóveis surgem como primeira opção entre os investidores. Esse favoritismo não é à toa. A imagem deste tipo de aplicação é de uma renda segura e estável. No entanto, não existe apenas um veículo para se investir no setor imobiliário. Adicionalmente, a escolha deste veículo influencia diretamente na renda que pode obter.

Como falei, existem várias formas de se investir no segmento imobiliário. Vou explorar aqui três: imóveis residenciais, imóveis comerciais e fundos imobiliários de tijolo.

Tradicionalmente, investidores adquirem imóveis residenciais ou comerciais para locação com objetivo de renda.

Conforme pode ser observado no gráfico abaixo, segundo o portal FipeZap, imóveis residenciais e comerciais rendem na média do país uma taxa anual de 4,66% (linha amarela) e 5,55% (linha verde), respectivamente.

Para encontrar esta taxa, o FipeZAP usa os dados de anúncio de preço de aluguel e de preço de venda. A divisão do primeiro pelo segundo, resulta na taxa de locação. Uma taxa de 4,66% ao ano, significa que você ganharia 0,39% ao mês sobre o valor do imóvel residencial adquirido, como forma de aluguel. No caso do imóvel comercial, seria de 0,46% ao mês.

No entanto, este retorno não é líquido de custos e de **impostos**. Líquido de custos como despesas de imobiliária e manutenção, esse retorno cai cerca de 30%. Ou seja, conservadoramente, deve assumir um retorno de 0,27% para imóvel residencial e de 0,32% para imóveis comerciais.

Perceba no gráfico que as taxas de aluguel já foram maiores no passado, mas caíram junto com a queda da taxa de juro.

Isso significa que se deseja ter uma receita líquida de R\$ 5.000 mensais, precisaria ter R\$ 1,5 milhão em imóvel comercial e R\$ 1,9 milhão em imóvel residencial.

Estes são valores altos. Assim, é muito difícil ter uma diversificação que permita reduzir o pior risco para os imóveis que é a vacância. Quando há vacância, além de você não receber o aluguel, você ainda tem de arcar com os custos de IPTU e condomínio.

Portanto, estas não são alternativas que eu colocaria como interessantes. De fato, pelo risco de vacância, eu prefiro investir em renda fixa referenciada ao IPCA a estas duas alternativas. Uma carteira diversificada de títulos privados referenciados ao IPCA pode render 0,40% ao mês isentos acima da **inflação**.

Portanto, os imóveis residenciais e comerciais só compensariam se você acreditasse em uma alta de preços mais forte que a **inflação**.

Diferente destas duas alternativas anteriores de renda imobiliária, a próxima me atrai mais que a renda fixa, pois possui um prêmio pelo risco.

Os fundos imobiliários de tijolo distribuem, atualmente, uma renda de 9% ao ano, por meio de dividendos isentos de IR. Isso equivale a um rendimento de 0,75% ao mês isento de IR e já líquido de taxas.

Para ter a mesma renda líquida de R\$ 5.000, seriam necessários apenas R\$ 667 mil. Portanto, menos da metade do que é necessário para ter a mesma renda proveniente de imóveis comerciais e com uma vantagem adicional.

Com o valor de R\$ 667 mil é possível diversificar em dezenas de imóveis o que reduz bastante o risco de vacância que as alternativas anteriores.

Você talvez se pergunte, e os fundos imobiliários de papel? Eles pagam dividendos maiores que os FIIs de tijolo. Será que não seriam ainda melhores? Vou explicar isso em um próximo artigo, pois neste caso é preciso considerar algo a mais.

A maior desvantagem dos fundos imobiliários é o fato de apresentarem volatilidade de preço, pois são negociados em bolsa. Esta volatilidade confunde o investidor em relação ao que os fundos imobiliários representam e seu potencial.

Ressalto que nas três alternativas, os alugueis são corrigidos pela **inflação**. Por isso, fiz a comparação

com títulos de renda fixa referenciados ao IPCA, pois estes pagam um rendimento de juros acrescidos da **inflação**.

E você, qual destas alternativas prefere? Comenta aqui.

Lembro que o investimento imobiliário possui risco. Portanto, a aplicação deve considerar o perfil de investidor.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>**

**24**

# Como baixar os preços da gasolina? - CELSO MING

## **CELSO MING**

Governo e Congresso estão batendo cabeças para encontrar regras destinadas a baixar os preços dos combustíveis neste ano eleitoral. Todas as propostas carregam problemas.

A melhor saída talvez seja a criação de um fundo de estabilização, que funcionaria como uma bateria elétrica. Quando os preços disparassem, como agora, os recursos acumulados seriam usados para pagar parte da conta. Quando voltassem a nível suportável, o fundo voltaria a ser carregado.

Na proposta do senador Rogério Carvalho (PT-SE), esse fundo seria composto por um imposto de exportação de petróleo e derivados. Seria uma maluquice porque esse imposto afugentaria interessados em áreas de petróleo no Brasil, numa época em que mais se precisa desses investimentos para aproveitar o petróleo antes que se torne mico.

Outras propostas defendem que esse fundo seja composto por dividendos da Petrobras e outras receitas provenientes dos leilões e da produção. Mas, se for por aí, então é preciso dar condições ideais para que a Petrobras produza esses dividendos, sem tentar tugar a empresa, como muitos querem. Essa ideia carrega um custo fiscal.

Mas no momento não existe um fundo desses e qualquer forma de capitalizá-lo exigiria tempo.

Muito dificilmente estaria em condições de ser usado como recurso eleitoral neste ano.

E ainda é para perguntar se seus recursos conseguiriam derrubar os preços dos combustíveis.

Outra opção é a redução da carga de **impostos** federais e do ICMS sobre os combustíveis. O Senado examina o Projeto de Lei Complementar 11/2020, já aprovado pela Câmara, que torna fixo o ICMS sobre combustíveis.

Há dúvidas sobre a constitucionalidade desse projeto, um defeito que aparentemente pode ser corrigido. Os governadores o repudiam pelo sacrifício fiscal que impõe aos Estados. Outras propostas e emendas apresentadas são variações destas.

Há ainda aqueles que pretendem empurrar a conta para a Petrobras, sob o argumento de que opera a custos baixos e que, portanto, poderia suportar uma sangria. Essa história de fixar preços pelos custos é velha de guerra e sempre tromba no barranco. Seria punir a eficácia.

Afora isso, empurrar a conta sobre a Petrobras esbarraria no problema de que o País não é autossuficiente em combustíveis.

Importa cerca de 30% do óleo diesel. Como empurrar o subsídio para o importador?

O problema de fundo não é o ICMS nem os demais **impostos**.

São os preços do petróleo que se avizinham dos US\$ 100 por barril e da cotação do dólar que reflete as mazelas da economia e as lambanças do governo.

E os projetos em discussão não consertam isso.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Dívida do governo pode ir a 84,8% do PIB em 2022, projeta estudo

**DANIEL WETERMAN BRASÍLIA**

Apesar de um resultado acima do esperado para as contas públicas no ano passado, o risco fiscal ainda predomina no País e pressiona as projeções para 2022, de acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado. Com isso, a dívida bruta do governo geral, que encerrou 2021 em 80,3% do **PIB**, deve voltar a crescer e alcançar 84,8% do **PIB** neste ano.

No Relatório de Acompanhamento Fiscal de fevereiro, a IFI fala em incertezas sobre a retomada do crescimento mundial, dúvidas sobre o recrudescimento da pandemia de covid-19, arrecadação mais tímida sem repetir o aumento verificado no ano passado e uma pressão de gastos no Orçamento, mesmo com eventuais vetos do presidente Jair Bolsonaro.

A IFI manteve a projeção de alta de 4,6% do **PIB** em 2021 e de 0,5% neste ano. Além disso, a **inflação** medida pelo IPCA deve ter crescimento de 5,32%, acima da meta, enquanto a taxa básica de juros (Selic) pode terminar o ano em 11,25%.

"Apesar do melhor desempenho dos indicadores setoriais em dezembro (com destaque à recuperação da indústria, interrompendo uma sequência de resultados negativos), a incerteza em torno do cenário-base é maior que a usual. O avanço da pandemia e o cenário externo menos favorável podem afetar a evolução do nível de atividade econômica no longo do ano", diz o relatório.

A IFI projeta um déficit primário do governo central de R\$ 106,2 bilhões (1,1% do **PIB**) em 2022, maior do que o déficit previsto no Orçamento após os vetos presidenciais, de R\$ 76,2 bilhões. Ou seja, a trajetória favorável do resultado primário do ano passado, influenciado por Estados e municípios, não deverá se manter nos próximos meses.

TETO.

De acordo com a instituição, o setor público não deve repetir também a mesma alta de arrecadação de **impostos** observada em 2021. Além disso, as mudanças no teto de gastos patrocinadas pelo governo e aprovadas pelo Congresso ampliam o espaço fiscal para aumento de despesas primárias neste ano, diz a IFI.

"Incertezas em relação à condução da política fiscal podem piorar a percepção de risco dos agentes financiadores da dívida pública. Tudo indica que incertezas em relação à dinâmica da **inflação** e à consolidação fiscal da União continuarão presentes ao longo de 2022. Tais incertezas podem trazer volatilidade aos preços dos ativos e aos prêmios de risco, aumentando os desafios para a gestão da dívida pública." O decreto de programação orçamentária e financeira assinado por Bolsonaro na semana passada autoriza o pagamento de R\$ 33,9 bilhões em emendas parlamentares neste ano. O fundo eleitoral de R\$ 5 bilhões, acrescentam os técnicos da IFI, é mais uma fonte de pressão sobre a execução do Orçamento.

Além disso, o Congresso começa a discutir um pacote de medidas para tentar reduzir o preço dos combustíveis no País, mas que pode provocar um rombo na arrecadação e aumentar os gastos com a concessão de subsídios. Para a IFI, essas medidas fazem surgir novos riscos fiscais no cenário e "acarretariam importante renúncia de arrecadação".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Tribuna Livre - TRIBUNA LIVRE

**DENIO REBELLO ARANTES**

PATRÍCIA ROMANO

Adaptação das empresas à Lei Geral de Proteção de Dados

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) foi instituída em 2018, obtendo a finalidade de proteção de todos os dados utilizados por pessoas físicas e jurídicas no território brasileiro, gerando a obrigatoriedade da adaptação das empresas públicas e privadas. O objetivo da norma jurídica é assegurar\* a todos os brasileiros o direito à privacidade, honra, imagem e vida privada, impossibilitando a divulgação de seus dados a terceiros sem o seu expresso consentimento.

Deste modo, para que as empresas possam cumprir a determinação legal, havendo a proteção efetiva dos direitos de seus funcionários, clientes ou terceiros, estas deverão observar o determinado pela norma jurídica, se adaptando e atualizando os seus sistemas.

Assim, para a implementação correta dos requisitos legais, devem as empresas se atentarem aos princípios previstos na lei, como finalidade, adequação, transparência, qualidade, segurança e entre outros, os quais, declaram a obrigatoriedade da requisição apenas de dados necessários e adequados ao fim que se destinam, devendo haver a segurança de que estes não sejam expostos a terceiros.

As empresas ao solicitarem os dados dos cidadãos deverão expor com clareza a motivação, utilizando formulários com cláusulas explícitas, prevendo a data de exclusão destas informações. Pois, há proibição de requisição ou manutenção de dados pelas empresas, que não sejam necessários entre o vínculo com a parte.

As empresas deverão ainda nomear um gestor controlador, funcionário responsável pela entrada e saída de dados com segurança, reajustar ou adquirir os documentos utilizados, observando a determinação legal, realizar o treinamento de funcionários e auditoria 11a instituição, principalmente, os responsáveis pela área de Tecnologia de Informação.

Muitas empresas estão contratando profissionais qualificados para a implementação da LGPD

Portanto, as empresas públicas e privadas deverão

efetuar inúmeras modificações em sua rotina, alterando sistemas e documentos, realizando o efetivo treinamento de seus funcionários, para que não sejam aplicadas sanções previstas na norma.

Ressalta-se que a lei está vigente desde agosto de 2021, estando as empresas sujeitas a fiscalizações pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), podendo o órgão aplicar multas e advertências às partes que violarem o determinado pela LGPD.

A multa prevista pela norma está estabelecida no valor de até 2% do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os **tributos**, limitada, 110 total, a R\$ 50 milhões por infração. Ou seja, caso a empresa não se adapte poderá haver a diminuição de seu patrimônio.

Por consequência, muitas empresas estão contratando profissionais qualificados para a implementação da LGPD, em razão da complexidade das obrigações contidas 11a norma, optando os proprietários pela orientação adequada, sem a necessidade de assumir os riscos da aplicação das sanções pela ANPD.

PATRÍCIA ROMANO é advogada e mestranda em Processo Civil.

# STF define critérios para decretação da prisão temporária - TRIBUNA

**GILVAN MANOEL**

Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou requisitos para a decretação da prisão temporária, que tem previsão na Lei 7.930/ 1989. A decisão foi tomada no julgamento, na sessão virtual finalizada em 11/2, das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 3360 e 4109, em que o Partido Social Liberal (PSL) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), respectivamente, questionavam a validade da norma.

Prevaleceu, no julgamento, o voto do ministro Edson Fachin, que julgou parcialmente procedente as ações para dar interpretação conforme a Constituição Federal ao artigo 1º da Lei 7.960/1989 e fixar o entendimento de que a decretação de prisão temporária está autorizada quando forem cumpridos cinco requisitos, cumulativamente: 1) for imprescindível para as investigações do inquérito policial, constatada a partir de elementos concretos, e não meras conjecturas, vedada a sua utilização como prisão para averiguações, em violação ao direito à não autoincriminação, ou quando fundada no mero fato de o representado não ter residência fixa; 2) houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes descritos no artigo 1º, inciso III, da Lei 7.960/1989, vedada a analogia ou a interpretação extensiva do rol previsto; 3) for justificada em fatos novos ou contemporâneos; 4) for adequada à gravidade concreta do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado; 5) não for suficiente a imposição de medidas cautelares diversas, previstas nos artigos 319 e 320 do Código de Processo Penal (CPP).

Na avaliação do ministro Edson Fachin, a utilização da prisão temporária como forma de prisão para averiguação ou em violação ao direito à não autoincriminação não é compatível com a Constituição Federal, pois caracteriza abuso de autoridade. Ele apontou que, no julgamento das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 395 e 444, o STF entendeu que a condução coercitiva de investigados ou de réus para interrogatório é incompatível com a Constituição, e, a seu ver, esse entendimento deve ser aplicado, também, à prisão temporária.

Em relação à possibilidade da custódia cautelar

quando o indicado não tiver residência fixa (artigo 1º, inciso II, da Lei 7.960/1989), o ministro considerou dispensável ou, quando interpretado isoladamente, inconstitucional. "Não é constitucional a decretação da prisão temporária quando se verificar, por exemplo, apenas uma situação de vulnerabilidade econômico-social - pessoas em situação de rua, desabrigados -, por violação ao princípio constitucional da igualdade em sua dimensão material", ressaltou.

O ministro reforçou, ainda, que deve ser observado o parágrafo 6º do artigo 282 do CPP, segundo o qual a prisão apenas poderá ser determinada quando a imposição de outra medida cautelar não for suficiente. Para ele, essa interpretação está em consonância com o princípio constitucional da não culpabilidade, de onde se extrai que a liberdade é a regra, a imposição das medidas cautelares diversas da prisão a exceção e a prisão, em qualquer modalidade, "a exceção da exceção".

Negociação Para Iran, o governo não pode simplesmente anunciar as medidas para o necessário reajuste nos salários dos servidores e do magistério. "O governo precisa negociar essas medidas com os representantes das diversas categorias de servidores. Anúncio sem negociação é medida autoritária", defende o deputado.

Pedido Iran Barbosa destacou o conteúdo de ofício que foi distribuído na semana passada pelo Sintese com os parlamentares e lembrou que as cobranças permanentes que ele vem fazendo, associadas à apresentação da Indicação destacada por ele, na manhã de ontem, vão em direção ao pedido formulado pela entidade sindical.

Jackson O ex-governador Jackson Barreto (MDB) garante que no encontro que teve com o ex-presidente Lula, na terça-feira, não pediu a Lula para ser o candidato a senador na chapa de Rogério: "Não toquei nesse assunto. Não pedi favor de ordem pessoal. Tenho compromisso com a base aliada de Belivaldo, com quem tenho uma relação respeitosa.

Meu projeto é ajudar Lula a governar".

Mitidieri Ontem de manhã, na JornalFM, JB disse ainda não ter a certeza de que o deputado federal Fábio Mitidieri (PSD) será o candidato a governador a

ser lançado pelo governador Belivaldo Chagas. E reafirmou que não tem pretensão de deixar o grupo liderado pelo governador.

Alessandro Em reunião na noite de terça-feira (15), o diretório nacional do Cidadania decidiu manter a pré-candidatura presidente do senador Alessandro Vieira (SE). No próximo sábado (19), o diretório do partido se reúne novamente para analisar as propostas para criação de uma federação apresentadas pelos partidos PSDB, Podemos e PDT.

Discussões Segundo Alessandro Vieira, que coordena a comissão que analisa as propostas para federação, "as discussões vão prosseguir, para garantir que a decisão seja tomada com o máximo de cuidado e sempre olhando para os interesses do país".

Tratamento A cantora Paulinha Abelha, da banda Calcinha Preta, continua internada na UTI de um hospital particular de Aracaju para tratar problemas renais. De acordo com o último boletim médico divulgado na noite desta terça-feira (15), ela está fazendo diálise, tem quadro de saúde estável e sem infecção.

Paulinha Abelha foi hospitalizada na última sexta-feira (11).

Magistério Na sessão da Alese desta quarta-feira (16), o deputado estadual Iran Barbosa (PT) anunciou que protocolou Indicação propondo ao governador que receba a Comissão de Negociação do Sintese para tratar dos estudos com vistas ao reajuste do valor do Piso Salarial Profissional do Magistério, insistentemente defendido pelo parlamentar na tribuna da Alese.

Corrida No dia 26 de março, a 37ª Corrida Cidade de Aracaju será realizada pela Prefeitura. Os atletas que se inscreveram para participar desta edição do evento esportivo que, em 2020, foi suspenso devido à pandemia, devem confirmar a participação até o dia 28 de fevereiro. Os corredores devem ficar atentos, pois logo após esta data as vagas serão liberadas para que novos corredores tenham a chance de participar da competição.

R\$ 414 milhões Análise realizada pelo Núcleo de Informações Econômicas da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES), apontou que a arrecadação do ICMS, em Sergipe, somou pouco mais de R\$ 414,3 milhões, em janeiro deste ano. No comparativo com a quantia arrecadada em dezembro último, verificou-se um acréscimo real de 2,0%.

Outros **tributos** A arrecadação do IPVA no mês analisado, somou R\$ 19,6 milhões. Por sua vez, o

recolhimento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) ficou em R\$ 2,8 milhões, enquanto as taxas pagas em função da contraprestação de algum serviço público recolheram aproximadamente R\$ 1,2 milhões aos cofres do estado, no mês analisado.

Leitura Localizada no litoral norte de Sergipe, Pirambu é a primeira cidade atendida pelo projeto Rede de Leitura. O projeto conta com montagem e revitalização de salas de leitura em escolas municipais, capacitação em contação de histórias de moradores da região, entre outras mais de 100 atividades de incentivo à leitura. As últimas atividades serão realizadas nos dias 23, 24 e 25 de fevereiro.

Presidente do BNB em Sergipe O presidente do Banco do Nordeste, José Gomes da Costa, vem ao estado de Sergipe nesta quinta-feira (17), para cumprir agenda de compromissos com equipes estaduais, empresariado e representantes do setor produtivo.

Em pauta, estão previstos o anúncio do orçamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para o estado, assinatura de contrato de crédito e visitas a empresas e representantes do setor produtivo.

O primeiro compromisso será um encontro com gestores locais, para avaliação de resultados financeiros de 2021. O Banco do Nordeste dispõe de previsão orçamentária de R\$ 2 bilhões para aplicações em Sergipe em 2022, sendo R\$ 1,36 bilhão com recursos do FNE e R\$ 660 milhões para o programa de microcrédito urbano (Crediamigo).

Em seguida, o presidente José Gomes e o superintendente estadual César Santana farão visitas a empresas e representantes de entidades de classe, como a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe (Fecomércio) e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Sergipe (Faese). Também será realizada assinatura de contrato de crédito com um grupo empresarial.

Em 2021, o Banco do Nordeste aplicou mais de R\$ 1,8 bilhão em Sergipe. O resultado ultrapassa em mais de 20% o recorde do ano anterior.

# IPVA é usado para golpes; veja como se proteger

Os motoristas e proprietários de veículos devem ter atenção redobrada: às vésperas do pagamento da segunda parcela do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que começa no dia 21 com o final de placa zero, golpistas estão jogando "iscas" para tirar dinheiro dos contribuintes. A novidade agora é o envio de boletos falsos por internet, WhatsApp, SMS e até sites fakes. Os falsos boletos vêm com desconto e isso acaba enganando os contribuintes.

Além dessa ação, segundo o advogado Afonso Morais, especialista em fraudes digitais, outra que ocorre com frequência é a de sites que simulam a aparência da página das secretarias da Fazenda, com o objetivo de colher as informações dos proprietários de veículos, para outra finalidade.

"A prática, conhecida como "phishing", é uma fraude eletrônica que rouba senhas, dados financeiros, número de cartões de crédito e outros dados pessoais", explica o advogado.

"Além de já sofrer com os valores do IPVA, o contribuinte tem que ter atenção extra para não cair em golpe, que geralmente se aproveita da vontade de economizar e ter 'alternativas', nesse momento. Para combater essa situação, muitas secretarias dos estados estão fazendo campanhas de alerta aos contribuintes, para que consultem somente os canais oficiais para a obtenção de informações sobre o seu IPVA", acrescenta Morais.

Essa informação, acrescenta, geralmente se encontra no site do governo do estado que o automóvel está registrado, na página do IPVA destes órgãos e na rede bancária credenciada. Assim, a consulta deve ser realizada nos terminais de autoatendimento, pela internet ou diretamente nas agências, bastando o número do Renavam do veículo.

"Caso receba um e-mail com links para a emissão Acobrançado IPVA é emitida pelo site do Bradesco (www.bradesco.com.br) ou pelo Portal do IPVA (https://portal.fazenda.rj.gov.br/ipva/), explica a Secretaria estadual de fazenda do Rio de Janeiro.

Para a emissão do boleto no site do banco, o interessado deve selecionar no site a opção "Produtos e Serviços" (à esquerda da tela) e, em seguida, clicar em

"Serviços". Depois, é preciso escolher "Pagamentos".

Ainda nesta página, o motorista deve escolher, dentro da opção "**Tributos**", o item "DETRAN RJ-GRD, DUDA, GRT e GRM". Uma lista de telefones para esclarecer dúvidas será apresentada. No final dela, haverá a opção "Gerar boleto".

A partir daí, é preciso ter o número do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) em mãos e digitar a sequência de 4 dígitos apresentada pelo site, clicando em "Continuar".

Na página da Secretaria estadual de Fazenda, ao selecionar "IPVA - GRD", o interessado será encaminhado para a página do Bradesco, onde deverá informar o número do Renavam e o código de segurança fornecido pelo site.

**Site:** <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/9983/17-02-2022.html>

# Estados reagem a novo texto de projeto do ICMS

Os secretários de Fazenda estaduais reagiram ao substitutivo do Projeto de Lei 11/2020, que altera as regras do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis. Apresentado na terça pelo relator, o senador Jean Paul Prates (PT-RN), o texto também desagradou ao Ministério da Economia.

O Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz) afirma que o texto, ao implementar a cobrança de uma alíquota única do ICMS sobre combustíveis em todo o território nacional, vai acabar elevando os **impostos**.

"A implementação de alíquota uniforme em um novo regime acarretaria fatalmente aumento de carga tributária", afirma o Comsefaz em carta assinada por 27 secretários estaduais.

"Os Estados com as menores cargas precisariam elevar suas incidências até o patamar que garanta a arrecadação dos Estados com maiores cargas, para se chegar a uma alíquota cuja geração de recursos fosse de tamanho percentual uniforme em todo território nacional", dizem.

Para os secretários, o texto parte da premissa equivocada de que o aumento dos combustíveis é causado pelo ICMS. "As regras do ICMS não são alteradas há quase duas décadas.

Não houve alterações recentes de alíquotas, tampouco na sistemática de apuração, que é a mesma desde 2007", afirmam.

**MUDANÇA TOTAL.** O projeto de lei complementar relatado por Prates teve origem na Câmara dos Deputados, na qual foi aprovado em setembro após uma grande articulação do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

O relatório de Prates praticamente desconsidera o texto aprovado pela Câmara.

O senador petista aponta que a proposta inicial apresenta vícios de inconstitucionalidade, por ofender a autonomia de Estados para determinar as alíquotas do ICMS.

O Ministério da Economia, que apostava as fichas no

projeto para endereçar o tema dos combustíveis, avalia que o substitutivo do projeto desagradou em diferentes aspectos.

## Preços

**Avaliação.** Os preços altos são fruto de política da Petrobras. "(Isso) tem permitido extremar o volume de distribuição de dividendos, à medida que exacerba seu lucro frente a uma escalada de preços internacionais".

## Site:

<http://otempo.emotiondigital.com.br/leitor/#!/jornais/1/edicoes/16507>

## Estados criticam

O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do DF (Comsefaz) publicou ontem uma carta se posicionando contra a aprovação do projeto de lei que cria alíquota única de ICMS sobre os combustíveis, o PLP 11/2020, relatado pelo senador Jean Paul Prates (PT-RN).

Além da alíquota única em todo o país, o substitutivo altera o regime de cobrança do imposto, de substituição tributária para monofásica. Dessa forma, uma etapa da cadeia produtiva arcará com o imposto devido por todo o setor.

Na carta endereçada aos parlamentares, o Comsefaz afirma que a cobrança de alíquota uniforme "acarreta fatalmente em aumento de carga tributária".

De acordo com os secretários de Fazenda, "considerando diversas as realidades regionais, os estados com as menores cargas tributárias precisariam elevar suas incidências até o patamar que garanta a arrecadação dos estados com maiores cargas, para se chegar a uma alíquota cuja geração de recursos fosse de tamanho percentual uniforme em todo o território nacional".

O conselho diz ainda que a crise do preço dos combustíveis é fruto da política de paridade às importações (PPI) da Petrobras, e não do imposto estadual. A estatal precifica o combustível produzido em suas refinarias de acordo com a cotação internacional, da mesma maneira que as empresas que importam derivados.

O preço dos combustíveis, especialmente da gasolina, se tornou o principal vilão da **inflação**, em um cenário de alta do petróleo e do dólar. Já o ICMS é cobrado sobre a média do preço do combustível, apurado a cada 15 dias, com alíquotas definidas pelos Estados. No Rio de Janeiro, a alíquota chega a 34%, por exemplo. Com a alta do preço dos produtos, o valor do imposto também aumenta.(MP e TM)

# Guedes promete crédito a empresários

*fernanda strickland*

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que vai anunciar, na próxima semana, um pacote de crédito de R\$ 100 bilhões para qualquer tipo de empresa -, seja "microempresa ou empresas de milhões". A afirmação foi feita em almoço com representantes da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs).

O presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, presente no encontro, disse que Guedes antecipou o anúncio, quando foi questionado sobre a manutenção, em 2022, do Programa Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Pronampe), lançado durante a pandemia para fornecer capital de giro aos negócios de pequeno. Guedes afirmou que a linha de crédito será reativada, mas acrescentou que o pacote "vai surpreender".

O ministro confirmou, ainda, que haverá aportes no Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), que dá suporte ao Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac), que atende a empresas de médio e grande portes. Para o presidente da Abrasel é bastante oportuno que o governo anuncie medidas nesse momento. Segundo o empresário, as empresas do segmento de bares e restaurantes ainda enfrentam dificuldades.

## Crescimento

Segundo Solmucci, Guedes iniciou o almoço afirmando que, em 2022 o Brasil vai continuar crescendo. Na semana passada, ele declarou que o mercado financeiro errou nas projeções do **PIB** (Produto Interno Bruto) no passado e que vai errar de novo neste ano. Na ocasião, o ministro disse que o país tem hoje R\$ 828 bilhões em investimentos programados e que deverá atrair mais de R\$ 300 bilhões ainda neste governo.

"Nós já temos, com o Auxílio Brasil, uma força de consumo de massa entrando na economia por um lado, e por outro lado, temos R\$ 828 bilhões já contratados de investimento. Antes de o governo acabar teremos mais R\$ 300 bilhões. Em todos os setores: 5G, telecomunicações, gás natural, petróleo, saneamento, cabotagem. O Brasil vai crescer, eles vão errar de novo", alegou o ministro.

# América Latina e Caribe precisam acelerar recuperação econômica (Artigo)

**Carlos Felipe Jaramillo Vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe**

Dois anos após o início da pandemia, 2022 começou com esperança de recuperação econômica após a pior desaceleração em mais de um século. No entanto, as cicatrizes da crise ainda são visíveis na América Latina e no Caribe. Eliminá-las demandará tempo e esforço.

A pobreza e a desigualdade aumentaram. Os empregos foram apenas parcialmente recuperados. Devido aos enormes esforços empreendidos para mitigar os impactos da pandemia nos setores mais vulneráveis, os governos esgotaram suas reservas fiscais, o que aumentou a dívida e os desequilíbrios macroeconômicos.

Não há dúvida de que a recuperação seja uma realidade. As últimas estimativas indicam que o **PIB** regional aumentou 6,7% em 2021, superando previsões anteriores. No entanto, o futuro ainda nos reserva obstáculos significativos. O maior desafio será fortalecer a recuperação e garantir que o crescimento beneficie quem mais necessita dele.

Para atingir esse objetivo, os países devem manter suas campanhas de vacinação contra a covid-19. A taxa média de vacinação na região é de mais de 70% da população com pelo menos uma dose e de 60% com duas, embora esses números variem consideravelmente entre os países: 95% da população no Chile e 85% na Argentina já receberam duas doses, ao passo que menos de 1% da população do Haiti está totalmente vacinada. É fundamental garantir a distribuição de vacinas para toda a população e eliminar quaisquer dúvidas sobre sua eficácia. Os dados relativos à variante ômicron são claros: entre 60% e 80% dos pacientes hospitalizados com covid-19 não foram vacinados.

Quatro áreas exigirão esforços significativos. Com as políticas certas, elas podem contribuir decisivamente para o crescimento sustentável da região.

Em primeiro lugar, a região precisa urgentemente criar condições para que as empresas melhorem sua produtividade e estimulem a criação de empregos. Um setor privado pujante, que goze de integração global e de um ambiente de negócios favorável ao investimento, pode criar oportunidades para muitos.

Para tal, é fundamental promover a inovação e a concorrência, além de eliminar as barreiras que impedem o desenvolvimento das empresas.

Nesse sentido, a digitalização desempenha um papel crucial. O Banco Mundial promove seu potencial transformador com projetos de conectividade em países do Caribe e da América Central, além de outros, como Argentina, Colômbia, Bolívia e Peru, onde, além de promover a inovação tecnológica, é fundamental fomentar a inclusão digital. Na Guatemala, por exemplo, apoiamos o desenvolvimento de tecnologias digitais que ajudam a facilitar o acesso de pequenas agricultoras ao mercado.

Em segundo lugar, a região precisa superar níveis cada vez mais preocupantes de endividamento, que cresceu mais de 10 pontos percentuais durante a pandemia, atingindo 75,4% do **PIB** regional. Em 2022, os esforços empreendidos até agora devem começar a reduzir esse número extremamente elevado. Precisamos pensar em como diminuir a distância entre receitas e despesas públicas usando os recursos de forma mais eficiente, eliminando gastos desnecessários e aumentando as receitas com impactos progressivos.

Em terceiro lugar, a região precisa reverter imediatamente as desastrosas perdas educacionais causadas pela pandemia. Nas simulações mais otimistas, essas perdas podem reduzir a renda anual futura dos estudantes de hoje em pelo menos 10%. Além disso, quase metade dos alunos da região ainda não está frequentando aulas presenciais devido ao fechamento das escolas. É essencial recuperar o terreno perdido. No México, no Brasil, na Colômbia, no Equador, no Uruguai, no Haiti e em El Salvador, entre outros países, apoiamos programas que visam a reverter as perdas educacionais e fortalecer a capacidade institucional.

Por fim, se não agirmos imediatamente, as mudanças climáticas resultarão em catástrofes sem chance de mitigação. A região tem a oportunidade de alinhar sua economia à proteção e à gestão sustentável do meio ambiente. Uma recuperação mais verde pode criar empregos e contribuir para um futuro mais próspero, resiliente e inclusivo. Os jovens clamam por políticas ambientais, energias renováveis, sistemas de transporte de baixo carbono, controle do

desmatamento e melhor gestão da biodiversidade.

É uma agenda ampla e ambiciosa, porém necessária ? e que goza do pleno apoio do Banco Mundial. Na região amazônica, estamos integrando o desenvolvimento econômico à conservação. Apoiamos a descarbonização do transporte e da energia na Costa Rica, na Colômbia e na República Dominicana; o desenvolvimento do hidrogênio verde no Chile; o desenvolvimento urbano em países da América Central; e uma agricultura inteligente em termos de clima no Uruguai. No Caribe, colaboramos com os governos para minimizar os impactos fiscais dos desastres causados pelas mudanças climáticas.

O grande desafio de 2022 será consolidar a recuperação econômica da região e lançar os alicerces para um crescimento mais inclusivo e mais verde. A crise deixou consequências, mas também criou oportunidades. O importante, agora, é aproveitá-las.

# Bra\$il em Foco - BRA\$IL EM FOCO

## MARCÍLIO DE MORAIS

### As lições que as chuvas carregam

As chuvas que provocam tragédias com rastro de destruição e mortes em cenas lamentáveis e que mostram sempre um problema que poderia ser minimizado por gestões urbanas efetivas também estão contribuindo para encher os reservatórios das usinas hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste. Elas ainda respondem 70% da reserva energética do país, enquanto a fonte hidráulica representa 56,20% de toda a eletricidade produzida no Brasil, seguida pelas termelétricas, com 25,29% e as eólicas, 11,41%. Na matriz energética brasileira PCHs representa 3,02% e usinas solares fotovoltaicas 2,53%.

Com o período chuvoso, os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste estão com 52,48% do nível de armazenamento de água, o que é mais do que o dobro do volume de 23,24% registrado em janeiro do ano passado e é ainda o melhor patamar desde 2012, quando essas represas estavam com 76,06% no primeiro mês do ano. No Nordeste, o nível das usinas está em 78,07% e chega a 94,47% no Norte. Apenas no Sul, que enfrentou seca no início deste ano as usinas estão com menos água. O volume das represas na região é de apenas 32,68%. Os dados são do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Depois da crise hídrica enfrentada em 2021, a mais severa para o país desde o apagão de 2001, a necessidade de assegurar um nível de água nessas represas que garanta usos como transporte, turismo e captação para abastecimento urbano está sendo incorporada ao planejamento de longo prazo do setor elétrico brasileiro. Está em consulta pública neste momento o Plano Decenal de Expansão de Energia 2031 (PDE2-031), que traça as diretrizes para o aumento da oferta de energia no país considerando um crescimento médio da economia de 2,8% a 3% ao ano.

"O grande destaque nesse plano é o aprendizado em relação à escassez hídrica no ano passado, que foi incorporado ao planejamento em termos metodológicos" disse o presidente da Empresa de Planejamento Energético (EPE), Thiago Barral, em live no Youtube no canal da TV CanalEnergia, na sexta-feira. Com isso, a expansão do sistema de geração e transmissão de eletricidade será feita considerando um limite referente ao período anterior às medidas emergenciais, ou seja, um volume mínimo operacional

das usinas hidrelétricas. "Com isso, nós enxergamos a necessidade de uma expansão adicional da geração de energia", explica Barral. A expectativa é de que nos momentos de maior exigência de preservação da energia armazenada não haja comprometimento de outros usos da água das hidrelétricas.

Isso representa que o planejamento da geração de energia para os próximos 10 anos considera que as hidrelétricas não mais chegarão a patamares tão baixos como os verificados no ano passado. O PDE-2031 prevê por exemplo, que energia solar distribuída, hoje com 3,8 gigawatts (GW) de capacidade chegue a 37GW em 10 anos. Considerando todas as fontes, a previsão é que a capacidade de geração de energia elétrica do país salte dos 181,5GW em dezembro de 2021 para 275GW em 2031, com uma maior diversificação das fontes. Em termos de matriz energética, a participação das hidrelétricas cai para 45,2%, as térmicas representarão 18,5%, as eólicas, 11% e a solar (geração centralizada), 3,8%. O grande avanço será na auto-produção e geração distribuída, que responderão por 20% da capacidade de geração elétrica do país.

Ao contrário das cidades, que relutam em equacionar os problemas de ocupação desordenada e de falta de moradia das populações que são sempre castigadas pelas intempéries, o setor elétrico busca equacionar seu maior desafio hoje: reduzir a dependência das usinas hidrelétricas e reforçar a complementariedade operacional delas com as usinas térmicas, eólicas e solares. Isso sem contar o reforço no sistema de transmissão de energia, que deve receber investimentos da ordem de R\$ 100 bilhões, e o surgimento de novas fontes, como o hidrogênio e as eólicas offshore e até mesmo as baterias, nos sistemas de geração distribuída. O PDE não é uma certeza em relação futuro, tanto que é revisado anualmente, mas aponta caminhos para equacionar a necessidade de garantir o suprimento de energia ao desenvolvimento do país.

## CAFEZINHO

R\$71 BILHÕES É a estimativa de faturamento dos cafés do Brasil este ano, o que representa uma alta de 64% sobre 2021, segundo estimativa do Observatório do Café, da Embrapa

## NA MESA

A indústria de alimentos fechou o ano passado com

crescimento de 3,2% nas vendas, de 1,3% na produção e de 16,9% no faturamento, o que mostra o impacto da **inflação** na receita das empresas. Os dados são da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia). Em 2021, o setor faturou R\$ 922,6 bilhões, o que corresponde a 10% do **PIB** estimado para 2021. No ano passado, o setor abriu 21 mil postos de trabalho.

#### NO CRÉDITO

Estudo da Zetta, a associação das empresas de tecnologia que atuam com serviços digitais financeiros, mostra que as fintechs têm contribuído para o maior acesso da população ao crédito. Na comparação entre os períodos de 2008-2009 e 2017 e 2018, a fatia da população com cartão de crédito passou de 43% para 51%, o que a entidade atribui ao fato de as startups financeiras isentarem os usuários de anuidade.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/17/02/2022/p1>

# UE diz que poderá cortar verba de quem violar a democracia

A mais alta corte da União Europeia (UE), o Tribunal de Justiça, rejeitou nesta quarta-feira (16) um questionamento dos governos da Polônia e da Hungria que criticava o mecanismo que permite ao bloco suspender o acesso a financiamento de países-membros que descumprem princípios básicos do Estado de Direito.

A norma estava em vigor desde o início do ano passado, mas a nova chancela dada pelo Tribunal de Justiça fornece embasamento para que a Comissão Europeia, o Poder Executivo da UE, ative-a e passe a aplicá-la a governos que ferem direitos e valores democráticos.

Os governos populistas e ultranacionalistas da Polônia e da Hungria, que há muito divergem de mecanismos adotados pelo bloco europeu, tentaram derrubar a medida. Mas a alta corte respondeu que o ela foi adotada sobre uma base jurídica válida e respeita os limites das competências atribuídas à UE por seus membros.

Os dois países devem sentir os impactos econômicos. Para a Polônia -que recentemente viu 15 milhões de euros de seus fundos europeus serem descontados por descumprir uma decisão da UE para fechar uma mina de carvão-, outros 36 bilhões de euros (R\$ 211 bi) em fundos de recuperação da pandemia estão congelados devido a violações de valores democráticos; o valor corresponde a 7% do **PIB** do país. Já a Hungria tem 7 bilhões de euros (R\$ 41 bi) congelados, 5% do **PIB**.

Bruxelas enviou, em novembro, cartas ao governo do húngaro Viktor Orbán e ao do polonês Mateusz Morawiecki detalhando críticas sobre o descumprimento do Estado de Direito. Para o primeiro, mencionou problemas relacionados a corrupção e a conflitos de interesses. Ao segundo, criticou o aparelhamento das instâncias de Justiça e o questionamento feito da primazia do direito europeu.

Orbán e Morawiecki são as duas principais lideranças europeias no poder que atacam princípios básicos do bloco europeu, crítico a suas inclinações autoritárias. Os líderes estiveram justos em Madri, há duas semanas, em um encontro de ultradireitistas que querem consolidar um bloco de atuação no Parlamento Europeu que lhes permita atuar em defesa

de pautas que consideram importantes, como políticas anti-imigração.

Nesta quinta (17), o húngaro recebe o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro (PL).

O mecanismo de condicionalidade de acesso aos fundos da UE chancelado nesta quarta foi celebrado por Ursula von der Leyen, chefe da Comissão Europeia. "O julgamento mostra que estamos no caminho certo; esse mecanismo garante que o orçamento da UE será protegido e executado em conformidade com os princípios da boa gestão financeira, em benefício de todos os cidadãos", disse em **comunicado**.

Na mesma linha, a ONG Anistia Internacional foi uma das que celebraram a decisão. "A Hungria e a Polônia têm retrocedido rapidamente em relação à liberdade de mídia, à independência dos juizes e ao direito de protesto, princípios fundamentais do Estado de Direito. Em vez de tentar se opor a que os fundos da UE sejam condicionados ao respeito aos direitos democráticos, deveriam apenas respeitar esses direitos."

A decisão pode ter efeitos políticos imediatos, uma vez que a Hungria tem eleições parlamentares marcadas para 3 de abril, quando Orbán deve encarar o mais duro pleito desde que assumiu o poder, em 2010. No mesmo dia, os húngaros participarão do referendo sobre uma lei que proíbe escolas de abordarem conteúdos caracterizados como "meio de promoção da homossexualidade e da mudança de gênero". A legislação também é contestada pelo bloco europeu.

Em meio ao contexto político da decisão, as críticas vieram prontamente. A ministra da Justiça húngara, Judith Varga, afirmou que ela configura abuso de poder, e o Fidesz, partido governista, a classificou de "vingança política" que tem como objetivo ajudar a oposição às vésperas de eleições no país.

Um dos mais críticos aos mecanismos da UE, o vice-ministro da Justiça da Polônia, Sebastian Kaleta, disse que a decisão do Tribunal de Justiça fere a soberania polonesa. "A Polônia tem que defender sua democracia contra chantagens que visam tirar nosso direito de decidir sobre nós mesmos", afirmou.

O porta-voz do governo do premiê Morawiecki alegou que a medida vai além dos tratados da UE e que configura um processo de "centralização burocrática" no bloco, o que seria "perigoso".

Interlocutores da UE disseram à agência de notícias Reuters que o bloco pode primeiro sancionar a Hungria, mas ainda há caminhos para negociações, o que atrasaria a retenção dos fundos. A Polônia, por sua vez, tem sido uma das principais beneficiárias do financiamento desde que se tornou um país-membro, em 2004. A ajuda financeira já ajudou a antiga aliada dos soviéticos a evitar a recessão durante crises econômicas e a resistir aos efeitos da pandemia de Covid.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>**

**24**

# Brasileiro gastou mais com psicólogo, veículo e pet em 2021, afirma banco

**Eduardo Cucolo**

O consumidor brasileiro aumentou seus gastos com serviços relacionados a veículos, psicólogos, veterinários e petshops em 2021, segundo balanço das compras realizadas com cartões do Itaú Unibanco e vendas realizadas pela Rede, empresa de meios de pagamentos do banco.

O valor total das transações cresceu 24,5% em 2021, depois de uma expansão de apenas 3,5% em 2020. A quantidade de operações avançou 25,4%. A participação das compras online foi de 21,1% -estava em cerca de 18% antes da pandemia.

As gerações Y (nascidos de 1985 a 1999) e Z (2000 a 2010) responderam por 37% e 38% das transações online, respectivamente. Baby Boomers (nascidos de 1945 a 1964) aparecem com 26%, e a geração X (1965 a 1984), com 31%.

Entre os segmentos em destaque no ano estão o valor e a quantidade de gastos com psicólogos, que avançou cerca de 40% nos dois quesitos em relação a 2020. Nesse caso, a quantidade de transações foi maior entre mulheres (58%) do que entre homens.

Em termos geracionais, a Y é o destaque: os nascidos entre 1985 e 1999 responderam por 41% das operações. Considerando apenas o último trimestre de 2021, houve uma alta no número de transações de 76% entre mulheres e 16% entre os homens nessa faixa etária.

Moisés Nascimento, diretor de Estratégia e Engenharia de Dados do Itaú, destaca também o avanço da mobilidade refletido no aumento de despesas com estacionamento, pedágio, lava rápido e troca de óleo, todos em torno de 50%. Os demais gastos com manutenção de veículo avançaram 27%.

"Estamos saindo mais de casa. Vivendo esse novo normal", afirma. "Esse crescimento denota o brasileiro de volta ao trânsito, às atividades mais presenciais."

O setor de petshop e veterinários cresceu 25,5% no ano, com destaque para o avanço de 143% nas transações online. O aumento ficou próximo de 60% entre consumidores da geração Z (nascidos de 2000 a 2010).

Por região, apenas o Nordeste teve gastos nesse segmento inferior à média. Uma possível explicação, segundo Nascimento, é que a região concentra quase um terço dos gatos do país (dado do IBGE) e esses animais geram uma despesa menor em relação aos cachorros, de acordo com associação do setor.

Dois setores que ficaram perto da estabilidade em 2020, alimentação e saúde e bem estar (hospitais, médicos, dentistas, veterinários etc.), tiveram crescimento próximo de 30% em 2021. Turismo e postos de combustíveis, que encolheram no ano anterior, avançaram cerca de 50% em 2021.

Nascimento afirma que a participação das compras não presenciais parou de aumentar, dada a retomada das transações presenciais, depois de um rápido avanço nos primeiros meses de 2020 após a decretação da pandemia e de restrições relacionadas à crise sanitária.

Ele diz que o aumento do consumo online é uma tendência e que a sua participação no total deve continuar aumentando gradativamente no longo prazo.

Julia Gottlieb, economista do Itaú Unibanco, afirma que dados mais recentes dos setores industrial e de serviços mostram que a variante ômicron do coronavírus afetou menos a economia, na comparação com os danos causados pelas primeiras ondas da Covid.

Por isso, a economia global está crescendo, apesar dos riscos trazidos pelo aumento dos juros em diversas economias desenvolvidas em reação à alta da **inflação**.

O Itaú projeta crescimento de 4,4% em 2021 (dado que será conhecido em março deste ano) e retração de 0,5% em 2022 para a economia brasileira. A desaceleração é atribuída, principalmente, ao aumento dos juros, que devem passar dos atuais 10,75% para 12,50% ao ano, na projeção da instituição.

Gottlieb afirma que o aperto monetário tende a atingir, principalmente, os setores cujas vendas dependem mais do crédito.

"Os dados do final do ano passado vieram mais

positivos, mas os de janeiro apontam alguma fraqueza da economia adiante", afirma.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>**

**24**

# Enquanto estrangeiro vem à Bolsa, brasileiro aposta na renda fixa

**Clayton Castelani**

Enquanto brasileiros trocam a Bolsa de Valores por aplicações em renda fixa, estrangeiros buscam lucros com ações de algumas das principais empresas do Brasil, mostra uma análise da XP sobre dados recentes do mercado acionário do país. Valorização das commodities, taxa de juros em alta e uma tendência de correção das principais bolsas globais são os motores desse carrossel.

O saldo dos aportes de estrangeiros no mercado de ações do país neste ano é de aproximadamente R\$ 47,3 bilhões, segundo dados da B3, a Bolsa do Brasil. O resultado é 74% maior do que o volume acumulado de janeiro e fevereiro do ano passado, que foi de R\$ 27,2 bilhões

Fundos de investimentos brasileiros, porém, diminuíram suas posições em ações em R\$ 3,7 bilhões em dezembro, último dado disponível. A saída havia sido maior em novembro (R\$ 20,5 bilhões) e, principalmente, em outubro, quando houve um fluxo negativo de R\$ 57,1 bilhões.

Jennie Li, estrategista de ações da XP, atribui ao conturbado cenário econômico mundial essa rotação de estrangeiros e brasileiros na Bolsa. Enquanto bancos centrais em todo o mundo ajustam suas taxas de juros para enfrentar uma **inflação** global gerada pela desorganização das cadeias de suprimentos durante a pandemia, investidores trocam ativos em suas carteiras em uma tentativa de amenizar prejuízos e lucrar com oportunidades.

"Estamos vendo muitos resgates [na Bolsa, realizados por meio de fundos de investimento], principalmente no varejo, que provavelmente são de investidores locais tentando se proteger após um desempenho difícil da Bolsa em 2021", comenta a analista. O Ibovespa fechou o ano passado em queda de 11,93%.

Os principais investidores da Bolsa brasileira são estrangeiros. Eles representam 53,2% do capital aplicado. Instituições financeiras (26,2%) e pessoas físicas (15,7%) são os outros grandes grupos de participantes do mercado.

"Vemos estrangeiros entrar [na Bolsa], fazendo movimento de rotação entre ações de crescimento

para valor. Lá fora as ações de tecnologia estão caindo muito e, aqui dentro, empresas de valor, como as de commodities e bancos, estão se valorizando puxadas por estrangeiros", diz a estrategista da XP.

Enquanto a Bolsa caía, o Banco Central promovia uma forte aceleração da taxa básica de juros (Selic), que passou de 2% para 9,25% de janeiro a dezembro de 2021, tendo alcançado em 2022 o atual patamar de 10,75% ao ano. A medida, adotada para domar uma **inflação** de dois dígitos, vem "tornando a renda fixa cada vez mais atrativa" para o investidor brasileiro, afirma Li.

Para investidores internacionais, porém, a situação é diferente. Eles tiveram lucros extraordinários nos principais mercados globais em 2021, com destaque para os resultados nos Estados Unidos. O índice S P 500, referência do mercado de ações de Nova York, entregou ganhos de 28%.

Juros praticamente zerados e injeções de dinheiro no mercado por meio da compra de ativos foram o fermento utilizado pelo Fed (Federal Reserve, o banco central americano) para que esse bolo crescesse tanto.

Em 2022 a situação é diferente. O S P 500 recuou 6,8% do início do ano até esta quarta (16). A Nasdaq, bolsa que concentra empresas de tecnologia e que possuem maior potencial de crescimento, já afundou 10,7%.

As quedas no mercado americano ocorrem devido à expectativa de que o Fed será forçado a promover um forte aperto monetário para controlar a maior **inflação** do país em 40 anos. O ajuste está previsto para março, mas a autoridade monetária não tem sido clara sobre quanto e em qual velocidade irá elevar os juros.

Enquanto esperam uma definição sobre o tamanho do ajuste, investidores liquidam ativos encarecidos pelas altas recentes nas principais bolsas e buscam papéis desvalorizados e promissores em mercados emergentes.

Dólar cai a R\$ 5,13, e Ibovespa acumula alta de 10% no ano

O mercado financeiro brasileiro fechou esta quarta-

feira (16) ampliando os ganhos da Bolsa e aprofundando a queda do dólar. Taxa de juros elevada e ativos domésticos baratos explicam esse movimento.

A moeda dos EUA encerrou a sessão em queda de 0,98%, a R\$ 5,13 na venda. É a menor cotação desde 29 de julho de 2021.

O Ibovespa subiu 0,31%, a 115.180 pontos. É a sétima alta diária consecutiva do índice. O indicador também está caminhando para a sexta semana no azul e, além disso, atingiu no pregão um ganho anual acumulado 9,88%.

Nesta quarta, as ações americanas fecharam perto da estabilidade, depois de terem operado em baixa durante boa parte do dia. Os mercados iniciaram uma tímida reação no fim da tarde, após a divulgação da ata da reunião do Fed dos dias 25 e 26 de janeiro.

Leon Abdalla, analista da Ido Bravo, comentou que o detalhamento da reunião do Fed resultou em certa calma no mercado porque não trouxe notícias inesperadas.

"A ata indicou um aperto monetário agressivo, mas já esperado pelo mercado, por isso não houve grande movimentação."

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

24

# 'Auxílio-Japão' na pandemia vai parar na poupança das famílias e frustra o governo

**Daniel Leussink Akiko Okamoto**

Quando o Japão entregou ao motorista de ônibus de Tóquio Keiki Nambu e a sua mulher, Takako, US\$ 870 (R\$ 4.500) por cada um de seus nove filhos, eles os gastaram exatamente como o governo temia: pagando uma hipoteca, em vez de fazer compras.

Esse tipo de prudência financeira ajudou as famílias japonesas a reunir incríveis US\$ 17 trilhões (R\$ 89,4 trilhões) em ativos ao longo dos anos, com mais da metade deles estacionados em poupanças. Mas também representa uma dor de cabeça para os formuladores de políticas, que lutam para estimular o consumo e reforçar uma economia moribunda.

O governo do primeiro-ministro Fumio Kishida pagou quase US\$ 17 bilhões em estímulos em dinheiro para famílias. Mas, ao contrário do estímulo nos Estados Unidos, que fez aumentar os gastos de consumo, o impacto é considerado limitado no Japão, onde as famílias são mais propensas a poupar o dinheiro ou pagar dívidas, como os Nambu.

Isso salienta um problema constante na terceira economia do mundo, cuja dívida pública já é mais que o dobro do tamanho do **PIB** (Produto Interno Bruto).

"Se o salário do pai ficar igual, mas os preços continuarem subindo, tudo o que podemos fazer é pedir que ele trabalhe o máximo possível", disse Takako, 39.

Seu marido ganha cerca de US\$ 44 mil por ano (R\$ 231 mil), incluindo o "bônus" optativo pago duas vezes por ano pelas empresas japonesas, mas cortado quando as coisas vão mal, como durante a pandemia. Afinal, o dinheiro do estímulo está apenas ajudando a compensar aquela escassez, disse Keiki.

Os filhos dos Nambu variam em idade de menos de um ano a 17. As crianças só recebem água e leite para beber -a família consome cerca de cinco litros de leite por dia. O pai faz questão que as crianças tomem banhos rápidos, para economizar na conta.

Em termos de tamanho, os Nambu não são típicos -a família média japonesa encolheu para 2,21 pessoas no final de 2020, contra 2,82 em 1995, segundo dados do censo. A média em Tóquio pode ser até menor,

1,92.

Mas sua frugalidade é comum.

O consumo privado representa mais da metade do **PIB** do Japão. Mas as famílias podem estar gastando apenas 10% do dinheiro do estímulo e guardando o resto, disse Koya Miyamae, economista sênior na SMBC Nikko Securities.

A insegurança econômica mantém o consumo estagnado, acrescentou Myanmae, e um aumento recente das infecções pela variante ômicron da Covid também deixou as pessoas hesitantes para gastar.

Outro economista, Hideo Kumano, do Instituto de Pesquisas da Vida Dai-ichi, admite que cerca de 75% dos benefícios vão acabar em poupança, embora ele acredite que o número poderá ser maior se os pais decidirem reservar mais para a educação dos filhos.

A preocupação de que o dinheiro vá para poupanças levou alguns municípios a pagar a metade do estímulo em cupons. Tóquio não foi um deles.

Outros pagamentos em dinheiro para todos os habitantes do Japão no início da pandemia tiveram cerca de 27% do dinheiro gasto, segundo uma pesquisa de julho de 2020 do Instituto de Pesquisas Mitsubishi.

Os Nambu receberam cerca de US\$ 8.700 (R\$ 45.762) desta rodada de estímulo - US\$ 870 por filho e mais um pagamento único do governo.

Eles inicialmente pensaram em passar uma noite num hotel do bairro. Afinal a frugalidade venceu, mas eles gastaram US\$ 210 (R\$ 1.100) em sushi e sorvete.

A família também usará parte do dinheiro para comprar uma mochila e roupas de ginástica para Keifu, 6, que inicia a escola primária em abril. As roupas que ela herdou dos irmãos estavam muito gastas depois de serem usadas por seis deles.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49824>

# Volume financeiro da agropecuária pode chegar a R\$ 1,2 trilhão

## **VAIVÉM DAS COMMODITIES Mauro Zafalon são paulo**

O volume financeiro gerado pela agropecuária dentro da porteira volta a subir neste ano, e poderá chegar a R\$ 1,2 trilhão, 4,3% acima do recorde registrado em 2021.

É o quarto ano seguido de evolução positiva do VBP (Valor Bruto da Produção Agropecuária), segundo estimativas divulgadas pelo Ministério da Agricultura.

Essa movimentação é provocada por vários segmentos do setor, mas, neste ano, o resultado será bem diferente para a renda do produtor.

Luciano Vacari, diretor da consultoria NeoAgro, diz que o faturamento é grande, mas a renda, pequena. O seto restá gerando um volume recorde de dinheiro, devido à elevação de preços das commodities, mas o resultado no bolso dos produtores será bem diferente do dos anos anteriores, devido à elevação de custos.

A renda, inclusive, será distribuída de forma bastante desigual. Estados da região Centro-Oeste, onde a produção foi normal, vão se beneficiar dos atuais preços elevados das commodities, enquanto os do Sul perdem participação no mercado.

É o que mostram os dados do Ministério da Agricultura. A região Sul, que ficou com 28,2% do VBP em 2021, atrás apenas da líder Centro-Oeste, recua para a terceira posição neste ano.

Devido à seca e ao calor, que provocaram quebra de safra, o Sul participará com apenas 25% do valor total da produção nacional neste ano, considerando-se os 17 principais produtos agrícolas e a pecuária.

Com a quebra de safras no Sul, os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul cedem lugar a São Paulo e Minas Gerais na lista dos maiores geradores de recursos na agropecuária, conforme estimativas do governo.

Dados da Farsul, referentes ao Rio Grande do Sul, um dos estados mais prejudicados pela seca, indicam que os custos de produção subiram 51% no ano passado no estado. Já os preços recebidos pelos produtores tiveram alta de 5%.

Vacari estima que as perdas dos agricultores deverão ser ainda maiores do que a dos pecuaristas. A utilização de fertilizantes, o insumo que mais subiu nos últimos meses, é maior nas lavouras do que nas pastagens, embora estas também deveriam ter sido adubadas, afirma ele.

Os destaques deste ano, em crescimento percentual, serão café (64%), algodão (35%), cana-de-açúcar (32%) e milho (22%). A soja, que deverá ter recuo de 4% no valor de produção, em relação a 2021, manterá a liderança no volume de dinheiro gerado. Serão R\$ 360 bilhões.

Confira destaques de preços e vendas

## **Inflação**

Os produtos agropecuários subiram 3,5% nos últimos 30 dias terminados em 10 de fevereiro, segundo o IGP-10 da FGV. Com isso, a taxa em 12 meses atinge 18,4%

## **Pressões**

As maiores altas no atacado entre os produtos agropecuários ficaram para farelo de soja (9,6%), milho (9,2%) e soja (7,3%), segundo a FGV. O índice médio mensal de **inflação** teve evolução de 1,98% no período

## **Menos etanol**

As usinas do centro-sul comercializaram 32% menos etanol no mês passado do que em janeiro de 2021. O volume recuou para 1,76 bilhão de litros

## **Menos etanol!**

Os dados são da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), que registrou recuo de 44% nas vendas de etanol hidratado. Foram apenas 919 milhões de litros no mês

## **Em queda**

O litro de álcool hidratado recuou para R\$ 2,97 em Paulínia (SP), com queda de 5% no mês. No início do ano, era negociado a R\$ 3,42, segundo o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia

Aplicada)

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>**

**24**

# O emergente que não emerge (Editorial)

Mais que suficiente para tirar o País do buraco onde afundou 3,9% em 2020, o crescimento econômico do Brasil chegou a 4,7% no ano passado, segundo o Monitor do **PIB** - FGV, a mais detalhada prévia mensal das contas nacionais.

Publicada na semana anterior, a prévia do Banco Central apontou uma expansão de 4,5%. Os dados oficiais do Produto Interno Bruto (**PIB**) devem ser divulgados no dia 4 de março pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Se os 4,7% forem confirmados, o ritmo anual de avanço a partir de 2017, primeiro ano depois da última grande recessão, terá sido, em média, inferior a 1,5% - um desempenho espantosamente baixo para um país classificado como emergente.

Além de exibir uma economia emperrada, o Brasil empobreceu nos últimos anos. Os mais abonados podem ter engordado suas contas, mas a visão do conjunto ficou bem mais feia. Somadas todas as classes, a população tem aumentado mais que o bolo disponível para os convivas. Cada fatia teria diminuído, se houvesse uma divisão igualitária.

O **PIB** por habitante em 2021 foi estimado em R\$ 40.712,42. Descontada a **inflação**, esse valor foi menor que os de 2019, 2018 e de todos os anos entre 2010 e 2015. Em 2010, cada pedaço equivaleria a R\$ 42.348,22. Mas, de fato, as condições evoluíram de formas muito desiguais para os diversos grupos.

Com a atividade em marcha lenta, o desemprego se manteve muito alto e as condições de trabalho se tornaram dramáticas.

Com dinheiro escasso para os mais vulneráveis, a insegurança alimentar passou a assombrar milhões de famílias, embora sempre tenha havido comida suficiente para todos os brasileiros e para os consumidores de vários outros países.

Embora cada fatia ainda tenha sido menor que em 2019, o bolo cresceu o suficiente, em 2021, para ultrapassar por 0,6% o valor total do ano anterior à pandemia. Todos os grandes setores avançaram no ano passado. Houve aumento de 0,6% na produção agropecuária, de 4,4% na industrial e de 4,7% na de serviços.

A recuperação nos serviços foi possibilitada pela vacinação, como observou o economista Claudio Considera, coordenador do Monitor do **PIB**. Essa

retomada, pode-se acrescentar, teria sido mais difícil se o presidente Jair Bolsonaro tivesse tido maior sucesso em seu esforço para retardar e para desestimular o uso da vacina. Esse esforço incluiu, numa etapa recente, a divulgação de notícia falsa sobre relação entre o imunizante e o HIV. O presidente e o ministro da Saúde também insinuaram dúvidas quanto à conveniência de vacinar crianças e adolescentes contra o coronavírus, embora a segurança e a eficácia já fossem atestadas pela experiência de países desenvolvidos.

Apesar da política bolsonariana, dos tropeços da equipe econômica e da insegurança causada pelas barganhas eleitoreiras, os negócios tiveram alguma recuperação no ano passado. Mas nenhuma ação organizada se iniciou, até agora, para reverter o prolongado declínio do setor industrial, uma das marcas mais preocupantes da economia brasileira no último decênio.

Em sete dos dez anos de 2012 a 2021, a variação do produto industrial foi negativa.

Em seis desses dez anos houve declínio da indústria de transformação, na qual se incluem os segmentos de veículos, equipamentos, móveis, bens eletroeletrônicos, tecidos, vestuário, calçados, medicamentos e artigos de higiene e limpeza, entre outros.

Além de encolher, a atividade industrial modernizou-se bem menos do que em outros países, foi deficiente em inovação, tornou-se menos competitiva e perdeu peso nas exportações de mercadorias.

Algumas empresas, grupos e segmentos continuaram a progredir, mas isso pouco altera o desempenho geral.

Não é exagero falar de uma desindustrialização do Brasil, um evidente retrocesso histórico, nem de longe revertido pela retomada setorial em 2021.

Examinado o conjunto, nada, no Monitor, autoriza prever para 2022 um desempenho econômico melhor que o estimado até agora pelo mercado - aumento do **PIB** dificilmente superior a 0,5%, com **inflação** e desemprego ainda altos.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Frete marítimo sobe 472% na pandemia

## VINICIUS NEDER RIO

O pequeno alívio no custo do frete marítimo da Ásia para o Brasil na primeira metade de 2021 ficou para trás, e o preço médio do serviço de transporte começou 2022 custando 5,7 vezes mais do que antes da pandemia, conforme a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Para entidade, a persistência dos gargalos na logística global pode sinalizar um "novo normal" de custos maiores.

O principal efeito do novo cenário é encarecer os insumos importados pela indústria, pressionando a **inflação**.

A disparada no preço do frete marítimo ocorreu no segundo semestre de 2020. No início da pandemia, restrições ao contato social paralisaram o comércio internacional, e até fizeram o custo do frete cair.

Na retomada, a demanda por bens voltou mais rapidamente do que o esperado - turbinada por políticas de transferência de renda e pelo fato de que consumidores passaram a gastar mais em produtos do que em serviços pessoais.

Isso levou a uma corrida pelos serviços de transportes, pressionando a capacidade de portos, armazéns, navios e contêineres.

O desequilíbrio entre demanda e oferta fez os preços explodirem. O frete de importação da Ásia para o Brasil atingiu, em janeiro deste ano, US\$ 11.150, valor 5,7 vezes superior ao de janeiro de 2020, pré-pandemia, uma disparada de 472%.

"A elevação do custo foi catalisada pela pandemia, mas há indicativos de que esses valores, bem superiores à média da última década, seriam um novo normal", afirmou Matheus de Castro, especialista em infraestrutura da CNI.

**RAZÕES PARA A ALTA.** Dois fatores explicariam esse "novo normal". O primeiro é o crescimento intenso do comércio eletrônico. O hábito de comprar mais sem sair de casa parece ter vindo para ficar entre os consumidores. O segundo fator citado pelo especialista da CNI tem a ver com o ciclo de negócios do setor de transporte global - e 90% das movimentações do comércio internacional são feitas pelo mar. Após um ciclo, nos anos 2010, ainda sob

efeito da crise financeira de 2008 e marcado por margens de lucro apertadas, as grandes companhias de logística estariam entrando numa década de ganhos maiores.

Bruno Carneiro Farias, presidente da F Trade, especializada em logística para comércio exterior, vê um quadro de "colapso" na logística mundial e considera que os problemas poderão durar o ano inteiro.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Preço de material escolar aumenta o triplo da inflação oficial, mostra pesquisa

**MÁRCIA DE CHIARA**

A **inflação** do material escolar virou um peso adicional no orçamento de muitas famílias neste início de ano, especialmente daquelas que têm filhos matriculados na educação infantil.

Os preços da cesta de itens usados no ensino infantil subiram 30,1% em 2022, aponta pesquisa do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo (Ibevar) e da plataforma V+, que coleta informações sobre as cotações desses itens em sites de lojas físicas e virtuais.

"A **inflação** da cesta de material escolar da educação infantil é praticamente três vezes a **inflação** oficial", afirma o presidente do Ibevar e responsável pelo estudo, Cláudio Felisoni De Angelo. Em 12 meses até janeiro, a **inflação** geral do País, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulou alta de 10,38%.

Movimento de preços semelhante aos dos materiais da educação infantil foi registrado na cesta de itens do ensino fundamental, que ficou 24,3% mais cara este ano. Já a lista dos itens usados no ensino médio teve aumento mais próximo da **inflação** e subiu 13,5% em igual período. A pesquisa teve como base os materiais requisitados pelas escolas da cidade de São Paulo para os três níveis de ensino.

Felisoni observa, por exemplo, que a massinha de modelar (com alta de 57% no preço), o giz de cera (29,6%), o lápis de cor (20%) e a canetinha (10,4%), que entram na cesta de materiais usados no ensino infantil e fundamental, acabaram pesando mais nos gastos de volta às aulas, comparativamente às despesas com materiais do ensino médio, onde não são requisitados esses produtos.

De uma lista de 40 itens pesquisados para compor as três cestas, 32 tiveram preços majorados neste ano em relação a 2021, cinco registraram queda nas cotações e apenas três produtos não tiveram alterações de valor. Influenciado pela alta da cotação das commodities, como celulose, borracha e petróleo, o caderno, por exemplo, ficou quase 30% mais caro este ano e a cola branca, 23,3%.

O estudo do Ibevar detectou ainda um movimento forte

de abertura de pequenos negócios de papelarias, tanto no comércio online quanto em lojas físicas, por conta da pandemia.

Desde abril de 2020, mais de 10,2 mil pequenas empresas passaram a atuar nesse mercado, aponta o estudo.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Dólar cai para R\$ 5,13 e atinge o menor valor em sete meses

BRASÍLIA

O mercado financeiro brasileiro ontem foi de novos ganhos da Bolsa de Valores e aprofundamento da queda do dólar. Taxa de juros elevada e ativos domésticos baratos explicam esse movimento.

O Brasil está atraente para investidores estrangeiros, que buscam lucros em economias emergentes enquanto aguardam sinais mais claros sobre como países desenvolvidos lidarão com a inflação.

Como pano de fundo, as tensões envolvendo Rússia e Ucrânia ampliam as preocupações sobre a escalada global de preços.

Uma guerra na Europa ou mesmo um impasse diplomático pode prejudicar o fornecimento de petróleo e gás natural russo, justamente em um momento em que a baixa oferta desses insumos é uma das principais fontes de pressão inflacionária.

O dólar comercial encerrou a sessão em queda de 0,98%, a R\$ 5,13 na venda. Esta é a menor cotação desde 29 de julho de 2021 - há quase sete meses -, quando fechou valendo R\$ 5,079.

O Ibovespa fechou era alta de 0,31%, a 115.180 pontos. É a sétima alta diária consecutiva do índice de referência do mercado acionário brasileiro. O indicador também está caminhando para a sexta semana no azul.

"Esse apetite pelos ativos locais deve seguir comprimindo os prêmios de risco, o que deve reduzir a cotação do dólar", comentou Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Ritura.